

JOSÉ FRANCISCO DE MELO NETO

COLÔNIA LEOPOLDINA  
MANDACARU E EDUCAÇÃO





Reitor  
Vice - Reitora



Diretor  
Vice- Diretor



Conselho Editorial

Secretário

Lab. de Jor. e Editoração  
Coordenador

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES

Valdiney Veloso Gouveia  
Liana Figueira Cavalcante

Ulisses Carvalho da Silva  
Fabiana Cardoso Siqueira

EDITOR

Ulisses Carvalho da Silva  
Carlos José Cartaxo  
Magno Alexon Bezerra Seabra  
José Francisco de Melo Neto  
José David Campos Fernandes  
Marcílio Fagner Onofre

Paulo Vieira

Pedro Nunes Filho

Projeto gráfico: José Luiz da Silva  
Revisão: Dra. Anaina Clara de Melo  
Capa: Rudah Silva a partir da foto do autor

Ficha catalográfica elaborada na Biblioteca Setorial do CCTA da Universidade Federal da Paraíba

M528m Melo Neto, José Francisco de.  
Colônia Leopoldina - AL, Mandacaru e educação / José  
Francisco de Melo Neto. – a, AL: Editora do CCTA, 2022.

109 p. : il. (Coleção Colônia Leopoldina)

ISBN: 978-65-5621-224-1

1. Educação e História. 2. Quilombo dos Palmares.  
3. Guerra dos Cabanos. I. Título.

UFPB/BS-CCTA

CDU: 37:94

ACADEMIA DE CULTURA DE COLÔNIA

LEOPOLDINA - ACCL

COLEÇÃO - COLÔNIA LEOPOLDINA



## SÉRIE 1 - EDUCAÇÃO, HISTÓRIA E FILOSOFIA

Volume 1 - História imperial e pós-modernidade (alguns elementos para discussão).

Alexandre Gilberto Sobreira

Sílvio César da Silva de Carvalho

Volume 2 - Colônia Leopoldina: um olhar crítico para a cidade (cultura, educação, escola e política)

José Francisco de Melo Neto

Volume 3 - Academia de Cultura - Colônia Leopoldina

Admmauro Gommes

Andréa Marques da Silva

José Francisco de Melo Neto

José Romildo de Moura

## SÉRIE 2 - GEOGRAFIA E CIÊNCIAS NATURAIS

Volume 1 - COLÔNIA LEOPOLDINA (AL): situações político-ambientais.

Maria Betânia Alves dos Passos

Marília Gabriela da C. Gomes

José Francisco de Melo Neto

Volume 2 - COLÔNIA LEOPOLDINA (AL): situações político-ambientais (vol II).

Andréa Marques Silva

Elizabete M. do N. G. Veloso

Paulo Edson de Araújo

Valquíria Maria da Silva

José Francisco de Melo Neto

## SÉRIE 3 - SOCIOLOGIA E POLÍTICA

Volume 1 - COLÔNIA LEOPOLDINA (AL): 30 anos de lutas populares por mudanças e cidadania (1983-2013).

José Francisco de Melo Neto

Volume 2 - COLÔNIA LEOPOLDINA (AL): 65 anos de política partidária dominante (1950 a 2015) relatos e visões críticas)

José Francisco de Melo Neto

Oswaldo Batista Acioly Maciel

Sílvio César da Silva de Carvalho

Volume 3 - COLÔNIA LEOPOLDINA (AL) - Mandacaru e Educação.

José Francisco de Melo Neto

## SÉRIE 4 - LETRAS E LITERATURA

Volume 1 - COLÔNIA LEOPOLDINA (AL) - versos aos ventos  
teus

José Francisco de Melo Neto



**COLÔNIA LEOPOLDINA**

**MANDACARU E EDUCAÇÃO**





## AGRADECIMENTOS

A Maurício Pereira de Souza, presença viva da luta do Mandacaru; a José Luciano Pereira da Silva, pelas inestimáveis informações sobre aquela ocupação; a Risadalvo Silva (o São), graduado em História e Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente, pela participação em vários desses movimentos sociais, e ao Professor de História e atual Diretor do Colégio Aristheu de Andrade, em Colônia Leopoldina, Rodrigo Carneiro, pela leitura atenciosa do texto.



## DEDICATÓRIA

Este livro traz à memória lutadores/as destes tempos atuais, em movimentos sociais e outros envoltos na ocupação do Mandacaru/Colônia Leopoldina/AL: Maurício Pereira de Souza, Adelmo Lins, Ivanilda Alves Silva, Carlos Domarcos, Pe. Aldo Giazzon, Pe. Luiz Canal, Ediana Salustiana de Melo (Diana), Cícero Manoel da Silva (Til), Maria José Viana, Margareth França, Deputado Paulão, Luiz Pereira, Luciano Pereira, Silvânio Santos, Oreliano (Leandro) dos Santos, Ciinha Bezerra, João Carreiro, Risadalvo (São), Irapuan, Elias Pinheiro e a todo guerreiro/a desconhecido/a, presente nesta luta.



## EM LEMBRANÇAS

Cabanos e cabanas das bandas de Panelas/PE, até o Vale do Rio Jacuípe, Colônia Leopoldina/AL: José Francisco de Melo (Loló) e Maria José de Melo (Pastorinha), José Alves da Silva e Maria Alves da Silva, bisavós; José Francisco de Melo (Zuza Loló) e Pulcina Maria da Conceição, Leopoldino Bezerra da Rocha e Adalgisa Maria da Conceição, avós; Francisco José de Melo (Chico Loló) e Doralice Bezerra de Melo (Dórinha Loló), pais.



## LISTA DE FOTOS

Foto 1.	Praça do Bairro do Mandacaru. (2017).
Foto 2.	Vida na escravidão.
Foto 3.	Escravo marcado com ferro em brasa.
Foto 4.	Engenho e escravidão.
Foto 5.	Rio Jacuípe na Serra da Catita Colônia Leopoldina/AL. Pegadas de Zumbi e Cabanos. (2017).
Foto 6.	Zumbi dos Palmares.
Foto 7.	Homenagem à memória dos Cabanos em praça de Maragogi/ AL. (2017).
Foto 8.	Vicente Ferreira de Paula e sua destemida mulher Lauriana Maria (conhecida por Lula).
Foto 9.	Bueiro do antigo Engenho Taquara às margens dos Rios Taquara e Jacuípe. Hoje Usina Taquara. (2017).
Foto 10.	Fazenda Marvano – município de Jacuípe – AL. (2016).
Foto 11.	Grupo Escolar Aristheu de Andrade – 1ª escola pública de Colônia Leopoldina fundada em 1932. (2016).
Foto 12.	Riacho do Mato nos dias atuais. (2015).
Foto 13.	Destilaria Porto Alegre. (2015).
Foto 14.	Campos de cana de açúcar. (2007).
Foto 15.	Nova Geração Esporte Clube. (1983).
Foto 16.	Banda de Zabumba São Sebastião - Colônia Leopoldina. (1983).
Foto 17.	Irapuan Araújo da Silva (IRÁ). Guerreiro do artesanato. (2021).
Foto 18.	Elias Pinheiro. Guerreiro das artes. (2016).
Foto 19.	Pe. Aldo Giazzon. (2015).
Foto 20.	Aloisio Bezerra (Ciinha). (2015).
Foto 21.	Antigo Engenho Cavaco – um ponto piquete na Guerra dos Cabanos. (2019).
Foto 22.	Maurício Pereira – Guerreiro do Mandacaru.. (2021).
Foto 23.	Josefa Ivanilda Alves da Silva – Guerreira do Mandacaru. (2021).

Foto 24.	Benedito Adelmo Teotônio Lins. Guerreiro do Mandacaru. (2020).
Foto 25.	Carlos Domarcos da Silva – Guerreiro do Mandacaru. (2019).
Foto 26.	Sede da Associação no Mandacaru. (2020).
Foto 27.	Lançamento de livro na sede da Associação no Mandacaru. (2016).

Obs: As fotos que não aparecem suas autorias são do próprio autor do livro.



## APRESENTAÇÃO

Este livro tem como objetivo trazer aos jovens, de Colônia Leopoldina e de todo o Vale do Rio Jacuípe, conhecimento sobre uma temática central para as suas origens: o Quilombo dos Palmares e a Guerra dos Cabanos, que deixaram marcas, até hoje, em suas vidas.

Ao apresentar a discussão sobre a escravidão, sobre o Quilombo dos Palmares e sobre os cabanos, não tem pretensão de seguir o rigor acadêmico de um historiador. Há o objetivo, sim, de expor informações que de fato determinaram na cultura do povo da região, e principalmente, de desfazer o imaginário social de que as origens das pessoas, aqui, têm algum parentesco com a realeza portuguesa.

Também se busca fazer com que seja assegurada a memória daqueles que viveram a ocupação do Mandacaru. Por isso, ações e comportamentos das pessoas daquela época foram registrados.

São apresentados elementos que fizeram parte do fervor da etnia negra, nessa guerra dos escravos, e, do negro e índio, na cabanada. Esses estão presentes na construção das pessoas, das individualidades daqueles que nasceram, vivem e trabalham na região do Vale do Rio Jacuípe, com ênfase em Colônia Leopoldina.

O aprendizado que se tem de tudo isso é a observância do seguinte: dos palmarinos, a difícil implantação de seu socialismo espreado e sem uma ciência revolucionária que o apoiasse; dos cabanos, de igual maneira, e, dos lutadores do Mandacaru, a ne-

cessidade inquebrantável de uma moradia e a vivência de certos valores para tempos atuais.

Por fim, lições que são úteis para os dias de hoje, para uma cidadania ativa e participativa, suplantando perspectivas personalistas de gestão local que apenas, a cada momento eleitoral, troca de mãos.

Além de que este livro possa ser útil à reflexão sobre a importância do conhecimento e da preservação na memória das raízes culturais verdadeiras desse povo da região da Mata, do Vale do Rio Jacuípe, para se firmarem a sua identidade e o seu pertencimento.

Colônia Leopoldina, janeiro de 2022.

O autor.

## SUMÁRIO

1. Introdução .....	21
2. Educação – trilhas populares .....	25
3. Escravidão – sem escravos não há açúcar .....	27
4. Gurra dos Palmares - Zumbi .....	35
5. Guerra dos cabanos – Vicente Ferreira de Paula .....	41
6. Lutas do Mandacaru – seus guerreiros e guerreiras .....	59
7. Lições .....	95
8. Referências .....	101



## 1. Introdução

Este escrito procura mostrar dimensões educativas das lutas do povo por terra para morar, daqueles que fundaram o Bairro do Mandacaru<sup>1</sup>, em Colônia Leopoldina, Zona da Mata Norte do Estado de Alagoas, revelando valores fundantes de suas vidas e úteis às gerações futuras para a conscientização de que se pode viver melhor dentro de princípios humanos de resistência ativa à opressão e de luta por melhores condições de vida. São dimensões que estão plantadas na natureza das contendas dos escravos contra a escravidão; que brotaram na Guerra de Zumbi, desde sua origem até o derradeiro confronto armado dos Quilombos dos Palmares, e, que se robusteceram na Guerra dos Cabanos, com Vicente Ferreira de Paula, passados 130 (cento e trinta anos) anos. Ressurgiram com muita força, 150 (cento e cinquenta) anos depois, na década de 1980 e 1990, nos confrontos vitoriosos da ocupação de terras abandonadas, com os guerreiros do Mandacaru.

---

1 O Mandacaru é atualmente um bairro da cidade de Colônia Leopoldina, na Zona da Mata Norte do Estado de Alagoas, marcado por um expressivo período de confrontos por moradia, com final vitorioso, para os ocupantes. Esta cidade situa-se, por sua vez, na região que se denominou dos quilombolas, um raio de 100 Km, a partir da Serra da Barriga, no antigo Quilombo dos Palmares, no município de União dos Palmares, também em Alagoas. Colônia Leopoldina ainda se insere na área do Polígono da Guerra dos Cabanos (1832 a 1836), conduzida a partir da cidade de Panelas/PE, passando pelo Vale do Rio Jacuípe, alcançando Maragogi, Barra Grande e Porto de Pedras, em Alagoas, conforme Manoel Correio de Andrade, geógrafo e historiador, no livro da Coleção Temas Brasileiros - A Guerra dos Cabanos. Conquista, Rio de Janeiro, 1965.



Foto 1. Praça do Bairro do Mandacaru. (2017).

O Mandacaru desliza dos morros vizinhos da Serra da Pioneira a contemplar a cidade. Situa-se ao Sul de Colônia Leopoldina, se a referência for a Prefeitura. É trespassado por uma rodovia federal tal qual serpente cujos transeuntes pretende devorar. Separa-se da cidade, mantendo-se parte dela, formando um corpo com um coração que pulsa. Isto açoitou o sangue daqueles guerreiros que, por 14 (quatorze) anos de lutas, implantaram a possibilidade do sonho da moradia, negada a essa gente. Algo que parece se afincar nesse território de matas, desde os tempos da Serra da Barriga, um marco da presença da etnia negra na região; também esteve pairando sob a inspiração e bandeira política no final da Guerra dos Cabanos, momentos de plena escravatura; e, se efetivou nas lutas nesse pequeno pedaço de chão, o Mandacaru.

É daí que se vai ao encontro de seus dizeres objetivos e subjetivos, durante os momentos de maiores embates com a classe dominante de então, os senhores de engenho, do lado mais rico

e forte, e um povo branco pobre, negro, mulato, caboclo, cafuzo, com sangue da etnia indígena Iacuípe em suas veias e já exterminada da região, do lado mais fraco e pobre. São destes camponeses sem terra, as mais puras origens das gentes de Colônia Leopoldina e que muito se deve ter orgulho. Expressão de pelejas intrinsecamente permeadas de valores humanos que a história do Mandacaru traduz.

Até hoje o povo do Mandacaru enfrenta preconceitos por parte de muitos da cidade. Por outro lado, são eles que também educam o pedaço de chão leopoldinense, inclusive ao comemorar festivamente todo o ano, no mês de agosto, a sua grandiosa façanha – a conquista de sua moradia.

É de se perguntar, então, que tipo de educação é essa que vem atravessando toda a região da Zona da Mata nordestina, nos tempos desses embates, já que a ausência de escolas tem sido a constante em toda a sua história?

## 2. Educação – trilhas populares

A educação que vem atravessando toda a região da Zona da Mata nordestina nos tempos dos embates entre as classes sociais dos senhores de engenho e dos negros e caboclos é originária no interior desses momentos de tensões nas relações humanas entre esses povos. Trata-se de uma educação que se forma pelos valores circundantes, bem como das relações de poder, resistência, contradições, tomada de consciência, e até mesmo do estabelecimento de uma aparente tranquilidade quando da conquista de um lugar ao sol.

Ah! Essa educação se inscreveu fora dos limites da sala de aula, sem os ensinadores concursados nem currículo oficial. E, não é que este não esteja contemplado na escola desses guerreiros. A escola deles foi simplesmente a escola da vida. O seu conteúdo arrasta consigo as contradições dessas classes, escravos e senhores de escravos, trabalhadores rurais e senhores de engenho, e, se denomina luta. É uma luta pela educação formal, saúde, terra para trabalhar, casa para morar, condições de viver, enfim, lutas postas pelo mundo da vida.

A educação presente nesses momentos de intransigência, sabedoria, violência, avanços, recuos, prazeres e sofrimentos constrói o viver, sendo algo profundamente ativo, gerado no calor dessas tensões. Ela é um fenômeno de produção e de apropriação dos produtos culturais concretos ou utópicos que se constituem como um efetivo espaço de ensino e de aprendizagem. É um sis-



tema profundamente potencializador da superação das contradições originárias nos momentos de fortes enfrentamentos, aberto tanto ao ensino como para a aprendizagem, com seus elementos variados. Chega a constituir uma teoria de conhecimento referenciada na realidade, inclusive na experiência das discórdias. As metodologias dessa educação são aquelas que nem sempre foram planejadas no ambiente escolar, contudo, aquelas que são postas, no dia a dia, cobrando ações coletivas e céleres, no pleno clarão do clavinote.

Os seus conteúdos e técnicas de avaliação são processuais e presos a resultados das refregas da guerra, em que viver e sobreviver são as tarefas das aulas. Está permeada por uma base política, com programas e projetos que conduzem para os seus sonhos e os estimulem à superação daquelas situações históricas de opressão. Estas, parece, não acompanham o processo civilizatório do país, e que, hoje ainda, insistem em permanecer, sobretudo em toda Zona da Mata, com novas e sutis roupagens.

Enfim, é uma educação que contribui para o fortalecimento dos anseios humanos de espaço para moradia, terra para trabalho, além de justiça, igualdade e felicidade. Uma educação pautada pela vivência desse povo atual, herdeiro dessas terras desde o tempo do aparecimento do branco, nos tempos de Zumbi e do povo cabano. Uma Educação Popular.

É uma Educação como um fenômeno de ensino e aprendizagem pelo trabalho de sobreviver que vem contribuindo para suplantar as marcas deixadas pela escravidão. E, como se deram essas marcas? Avance a leitura.

### 3. Escravidão – sem escravos não há açúcar

#### Modos de produção

A organização da sociedade, do ponto de vista da produção da sua existência e das relações humanas, tem atravessado distintas expressões, tidas como modos de produção. Passou pelo comunismo primitivo, em que tudo era comum a todos; pelo escravismo, a produção baseada no trabalho escravo, onde o ente humano foi transformado e banalizado, tendo sido sinônimo de uma coisa qualquer, com valor de venda e de compra; pelo feudalismo, como um modo de produção baseado na terra e na fidelidade aos donos dos feudos e que possibilitou a ascensão da burguesia em todo mundo; pelo capitalismo, nesse formato atual, que tem o centro da vida humana baseada na propriedade, no lucro e, eticamente, no individualismo (o meu pirão primeiro); e, pelo socialismo, um exercício já experimentado em vários países, sendo visto como estágio intermediário para a humanidade mergulhar no modo de produção comunista, no qual os bens culturais e econômicos se orientariam para que a cada um lhe seja assegurado algo de acordo com a sua necessidade, e, que de cada um seja cobrado segundo a sua capacidade.

Estranhamente, todavia, foi a escravidão que perpassou vários desses modos de produção, e, se transformou no mais importante estilo de vida econômica como gerador de riqueza, com o seu auge nas Américas, desde os séculos XVII até meados de século XIX. Afinal, como se vê em Hegel (1974) que ser escravo não tem sido um desejo dele mesmo mas o não arriscar a própria

vida. Até em tempos atuais, ainda persiste quando não tem sido comum a presença do trabalho em condições análogas à escravidão, inclusive no Brasil.



Foto 2. Vida na escravidão<sup>2</sup>

O escravagismo não foi um fenômeno humano apenas em relação à etnia negra. Ele atingiu quase todas as demais. Teve reforço exponencial com o tráfico de escravos da África para os demais continentes, principalmente para o Brasil. Vieram de países do Oeste da África Central e quase 84% deles foi destinado para a América.

### Compradores de escravos

É importante lembrar que houve escravos no próprio continente africano, entre aqueles grupos perdedores em suas disputas internas. Também, entre indígenas, em monta muito menor, como produto de suas vitoriosas guerras. Além de praticarem a

---

<sup>2</sup> O desenho é capa do livro: SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de. *Uma história da desigualdade: a concentração de renda entre os ricos do Brasil, 1926-2013*. 1ª. Ed. São Paulo: Hucitec: Anpocs, 2018.

antropofagia de vários desses guerreiros derrotados, faziam-nos escravos os perdedores.

Afirma-se, inclusive, que a origem da palavra escravo vem de eslavo, portanto, um povo com características étnicas brancas que também sofreu da escravaria. Sabe-se que praticamente todos os países europeus, no intervalo de três séculos e meio, atuaram nessa atividade comercial e ultra lucrativa, particularmente Portugal, Inglaterra, Holanda e Espanha. Estes países juntos atingiram a cifra de 12,5 milhões de escravos. Desse total, entre 4,5 a 5,8 milhões foram deportados ao Brasil, para os estados de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro.

### Escravidão, um problema

Só nos tempos do início da República, a escravidão foi apresentada como a questão central para a democracia brasileira e não a monarquia. Sem dúvida que hoje, a escravidão negra fora central na formação da identidade do povo brasileiro sendo ela a responsável por tantos e pesados sofrimentos, opressão, injustiça e dor, vindo, contraditoriamente, contribuir com a dança, a música, a força do trabalho, a criatividade, culinária e até com a alegria, entre outros aspectos, à vida do povo, no Brasil.

Dentre esses países responsáveis pelo transporte de escravos, a Coroa Real Inglesa participou do comércio, assim como, a Igreja romana. Esta veio possuir os seus próprios escravos em todas as colônias portuguesas e espanholas. Sabe-se que em cada viagem desses navios, cobrava-se a presença de um sacerdote que poderia receber mensalmente os seus salários da realeza portuguesa, inclusive, com a moeda escrava. Até ao final do século

XVIII, afirma-se que o escravo era uma moeda de troca como outra qualquer. Trata-se de uma angústia humana universal, a de ver a transformação do seu outro parecido, outro humano, em uma coisa vil de valor calculado a ser negociado, uma mercadoria pura e simples.

A travessia do sofrimento, a do Atlântico, era feita pelos navios “tumbeiros”, denominados assim devido as tantas mortes no percurso dessas assombrosas viagens. Especula-se que pelo menos 14 negros eram lançados ao mar, em cada uma delas, isto durante três séculos e meio.

É importante lembrar que não só os ricos podiam possuir escravos. Pobres também adquiriram os seus quando dos momentos de “promoção” para a venda dos mesmos. Eram aqueles ou aquelas que estavam doentes ou com algum defeito físico, vendidos tal qual uma sobra de estoque. Os de valor menor de mercado eram comprados pelas pessoas de pouca renda.

O trabalho dos escravos esteve direcionado à limpeza das casas, lavagem de roupas, preparo da alimentação, limpeza de esgotos e outras atividades assemelhadas. Já os escravos para a área rural cuidavam da lida da agricultura, da cana de açúcar, em particular.



Foto 3. Escravo marcado com ferro em brasa<sup>3</sup>.

Aqui no Brasil, conforme Gomes (2019: 73), duas características são importantes a serem destacadas no tempo escravocrata: “A primeira é o regime de trabalho. (...). A segunda característica, que diferenciou a escravidão na América de todas as demais formas anteriores de cativo, é o nascimento de uma ideologia racista que passou a associar a cor da pele à condição de escravo”.

#### “Fábrica de escravos”

O sofrimento, a dor e a diversidade de tipos de castigo foram responsáveis, segundo dados do pesquisador citado, por baixar a média de vida do escravo, que em 1872, era de apenas 18,3 anos. Essa média de vida para as demais pessoas, já nos anos de 1850, atingia quase 28 anos. Para o escravo, restavam-lhe “pau, pão e pano”, mostrando assim as limitações da vida da escravaria.

---

3 O desenho consta do livro: GOMES, Laurentino. *Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares*. Volume I. Globo livros, Rio de Janeiro, 2019.

E isto pode ter contribuído a algo pouco estudado que é a reserva de certos escravos escolhidos para a produção de novas crianças escravas, que seriam negociadas ainda pequenas, uma espécie de “fábrica de escravos”.

Foram esses negros, e, em menor quantidade indígenas, que realizaram o sonho de riqueza dos comerciantes do mundo europeu com a produção do açúcar, em especial nas terras nordestinas, com a construção dos Engenhos de Açúcar, sinônimo de escravidão. Em seu livro *O Povo Brasileiro, a formação e o sentido do Brasil*, o antropólogo Darcy Ribeiro (1995: 274) expressa que o engenho foi o instrumento principal do empreendimento colonial português. Esse Brasil crioulo, segundo o mesmo, tornou-se “a matriz do primeiro modo de ser dos brasileiros”<sup>4</sup>.



Foto 4. Engenho e escravidão<sup>5</sup>.

---

4 RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro, evolução e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia de Letras, 1995.

5 O desenho consta do livro: GOMES, Laurentino. *Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares*. Volume I. Globo livros, Rio de Janeiro, 2019.

## Conflitos e resistência

O domínio sobre essas gentes nunca ocorreu de forma pacífica. Os conflitos e contradições sempre estiveram presentes nesse rendoso comércio. Houve empresas que se especializaram em tráfico de escravos, embarcando particularmente negros pela “Porta do Não Retorno”, espaço por onde passavam os escravos para os navios, em portos do litoral africano.

Portanto, eram comuns revoltas pelos maus tratos nesses “navios negreiros”, nos dizeres do poeta Castro Alves (2016). Isto, apesar dos cuidados para com o aprisionamento dos escravos para não perderem os seus valores financeiros, mesmo assim, foram registradas em torno de seiscentas revoltas em alto-mar. As chances de vitória dos rebelados e retorno à África, só vinte e oito tiveram sucesso. A escravidão nunca foi algo pacífico e sem a resistência ativa dos povos escravizados. Aliás, o cineasta Spielberg filma um navio que denominou de Amistad, em que os negros tomaram este navio e conseguiram suas liberdades, conduzindo-o para o porto de Nova York.

## Atrocidades

Nessas viagens, registraram-se as maiores atrocidades como as amarras de mãos e pernas presas, direita com esquerda, com espaço apenas para se ficar de lado, nas embarcações. Toda sorte de tortura foi praticada, inclusive a do Pau de Arara<sup>6</sup>. Ainda

---

<sup>6</sup> O Pau de Arara, um pau segurado por duas forquilhas, técnica utilizada contra esses prisioneiros e escravos, consistia de um pau que passava entre as pernas e os braços amarrados, com o torturado despido, ficando pendurado nisto. Foi também aplicada durante a repressão nos anos pós 1964, no



quanto ao espaço físico do escravo prisioneiro nesse ambiente, se diz, que era bem menor que o espaço de alguém em um caixão de defunto. E mais: as escravas mulheres negras desses navios eram selecionadas para servir sexualmente aos seus condutores. No Brasil, havia leis que hipotecavam os filhos de escravas, isto é, “O fruto do ventre da escrava pertence ao seu senhor desta tão legalmente como a cria de qualquer animal de seu domínio” (Freitas, 1982: 29). Na região da Mata, ainda hoje, conta-se história de negros jogados em caldeiras de Engenhos. Também, não era incomum a amputação dos seios da negra escrava que não paria nos tempos esperados, além de muitas outras atrocidades. Tudo isto para promoverem a alienação da identidade humana do escravo.

Os combates, as condições de viver e de sociabilidade marcaram a resistência ativa negra e indígena que geraram os maiores conflitos pela libertação do povo escravo, sendo os maiores deles, em solo brasileiro: a revolta dos Malês, em Salvador, e, em especial, a Guerra de Zumbi, em Alagoas, no Quilombos dos Palmares que durou quase cem anos<sup>7</sup>.

Há de se questionar agora como foram se dando esses sinais na formação das pessoas da região. Acompanhe na leitura que segue.

---

Brasil, pelo aparelho de repressão estatal.

7 A guerra dos Cabanos, mesmo que não seja caracterizada como uma revolta apenas de negros, teve os componentes de luta por liberdade e direitos de morar nas matas, assimilados no final da Guerra, com uma forte presença de escravos fugitivos de engenhos, o negro papa-mel.

#### 4. Gurra dos Palmares - Zumbi

##### Construção de valores

O desejo de liberdade no ambiente da escravidão conduziu para processos de fugas dessas gentes oprimidas, constituindo-se como suas próprias resistências. Daí, vieram formar os vários quilombos em uma região de difícil acesso, tendo como centro o da Serra da Barriga, em terras alagoanas, na atual cidade de União dos Palmares. Já a palavra Kilombo vem do termo africano quimbundo, expressão para aldeia, modificando-se para quilombo. O agrupamento dos Macacos, naquela serra, passou a se constituir como a “capital” quilombola. Em seu auge, contou com 20 a 30 mil fugitivos. Mas, mesmo no seu interior, ainda foi possível a existência de escravos não fugitivos, nesse ambiente de liberdade, segundo alguns historiadores. Todavia, eles se tornavam livres após algum ato de defesa do quilombo.

##### Presença religiosa

Nos vários quilombos da região da mata, registraram-se a presença indígena e de brancos fugitivos da lei. Os quilombos estavam espalhados por uma área de 100 km de raio, em torno de sua capital, abrangendo praticamente toda a atual Zona da Mata de Alagoas e parte da de Pernambuco, chegando às margens do Rio São Francisco até o litoral. Eram povoados de casas de palhas. Moravam nas matas em região de um complexo de rios caudalosos como Ipojuca, Sirinhaém, Una, Paraíba, Camaragibe e Jacuípe.

O ambiente de trabalho livre foi se constituindo como uma ameaça ao governo de então, o governo holandês. Atingia a

produção açucareira numa das regiões mais promissoras, a Zona da Mata de Pernambuco e de Alagoas. E, sobretudo, feria o modo de produção escravista cuja base era o trabalho escravo. Algo daquela natureza tornou-se inaceitável à classe dominante. Então, organizou-se a primeira campanha militar contra os quilombolas sob comando do sacerdote holandês, João Blaer, considerado homem cruel e sanguinário. Além dessa, houve várias outras campanhas até a destruição do Quilombo dos Palmares.

Este sacerdote, certamente foi um intransigente defensor da máxima das monarquias europeias, em que o exercício da autoridade e das leis se baseava na “manutenção da desigualdade entre os seres humanos” como destacou Caldeira (2017:37)<sup>8</sup>.

Ao enfrentar os quilombolas, com suas formas específicas de combate pela guerrilha, pouco resultado houve daquela investida primeira. O próprio sacerdote e capitão saiu enfermo, sendo depois assassinado. De toda essa campanha militar, sobressaiu-se a vingança de alguns desses soldados devido a morte de seus pares, algo bem possível em uma campanha dessa natureza. Alguns quilombolas presos, nas mãos desses soldados, lhes foram cortadas as suas cabeças, inclusive as de mulheres. Se a presença de membros da Igreja esteve envolta nas transações comerciais dos escravos, aqui, de novo apareceria como opositora aos sonhos de liberdade desse povo.

---

8 CALDEIRA, Jorge. *História da Riqueza no Brasil*. Rio de Janeiro, Estação Brasil, 2017.



Foto 5. Rio Jacuípe, na Serra da Catita, Colônia Leopoldina/AL. Pegadas de Zumbi e Cabanos. (2017).

## Zumbi

É neste ambiente que ocorreu o nascimento e vida de Zumbi, criado até aos quinze anos por outro sacerdote que lhe proporcionou o ofício da leitura e lhe passou mais ensinamentos. Nesta idade, voltou ao convívio dos quilombolas e transformou-se em um de seus líderes, assumindo a posição de general das armas do quilombo. Seu comandante e tio, Ganga Zumba, era o líder maior. Em um certo momento desses confrontos armados, ele chegou a negociar a rendição dos quilombolas com o governo de Pernambuco, não tendo sido cumprido os termos do acordo pelo próprio governo. Zumbi, por sua vez, e seus comandados não aprovaram tal acordo desde o seu início. O ponto central era o fato de que, a partir de sua aceitação, o Quilombo dos Palmares passaria a não mais receber negros fugitivos mesmo que assegurasse a posse das terras aos que ali viviam. Ao que se mostrou, por parte de Zumbi,

um posicionamento ético pautado pelo princípio da solidariedade a seu povo e às suas lutas. Solidariedade não só entre aqueles que viviam no Quilombo dos Palmares como, também, aos que continuavam escravos nos tantos engenhos da região. Ganga Zumba se afastou, indo viver em outro quilombo, mais perto do Recife, tendo morrido envenenado, posteriormente.

### Palmares – uma alternativa de vida

O nome de Palmares vem de palmeiras, território pleno delas que assegurou aos quilombolas a palha para a construção de suas choupanas e chapéus. Garantiu o azeite de suas castanhas para a alimentação. Os quilombolas adaptavam-se às condições oferecidas pelo ambiente, alimentando-se de caça, pesca e frutas como jaca, laranja, manga, melancia, lima da pérsia, mamão, coco, banana, goiaba e outras frutas abundantes na região. Criavam porcos e galinhas. Faziam as suas roupas com as palmeiras e cultivavam milho, feijão, mandioca, batata doce e cana de açúcar. Uma alimentação baseada na autenticidade desse povo, com a disposição para a defesa de seus costumes, aspectos culturais e liberdade. Estilo de vida de muita resistência e, em especial, valentia para assegurar a sobrevivência de suas vidas, traduzidas por tantas derrotas impostas às campanhas militares, tanto holandesas como portuguesas.

Mesmo na defesa de seus valores culturais, os quilombolas mantiveram os cuidados para com a religião dominante, a romana. Em vários quilombos, igrejas havia. Se diz que os quilombos podiam ser o lugar da vida livre. Mas, se o trabalho é livre ele

passou a se contrapor à vida da escravidão. Como diz Prado Júnior (1980: 43): "Nestes territórios imensos, pouco povoado e sem autoridades, é difícil manter a necessária vigilância sobre os trabalhadores escravos"<sup>9</sup>. Todavia, este ambiente que alimentou a liberdade dos cativos não poderia continuar. Seria a aceitação pela elite dominante de que os negros tinham uma alternativa de vida à brutalidade, expressa pelos Senhores de Engenho. A alternativa foi o Quilombo dos Palmares. Todo o tempo de sua existência, sempre se constituiu como verdadeira ameaça às autoridades da colônia.



Foto 6. Zumbi dos Palmares<sup>10</sup>

### Continuidade dos sonhos

A longa existência do Quilombo dos Palmares determinou a sua própria destruição pelas elites políticas da época. Para exter-

---

<sup>9</sup> PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 24ª. Editora Brasiliense. São Paulo, 1980.

<sup>10</sup> O desenho consta do livro: GOMES, Laurentino. *Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares*. Volume I. Globo livros, Rio de Janeiro, 2019.

minar Palmares, fizeram vir do Piauí o mais conhecido e temido bandeirante, o coronel mameluco Domingos Diogo Velho. Era descendente de portugueses e índios tapuias, nascido em Santana de Parnaíba. Viera com o seu bando e que segundo Dom Francisco de Lima, bispo de Olinda, um homem dos mais selvagens que já tinha conhecido. Segundo o bispo, ele sequer português falava, se expressando em língua indígena. Para tal tarefa, Diogo Velho fechou acordo para que lhe assegurassem armas e munições. Também passaria a lhe pertencer um quinto dos escravos que fosse preso, além de outras exigências financeiras. Com esse acordo, recebeu carta branca para aprisionar quem quisesse, matar qualquer um que fosse suspeito de estar dando apoio aos quilombolas. Com 6 canhões e mais de 6 mil homens, o reduto dos Macacos foi incendiado e destruído, apesar da tenaz resistência negra, após mais de um ano de cerco à Serra da Barriga. Os que foram presos também foram decapitados, escapando vivos Zumbi e um pequeno grupo de negros. Zumbi, posteriormente, fora traído e, finalmente, preso, tendo sido morto e degolado. Sua cabeça foi exposta ao público, pregada em um poste, no Pátio do Carmo, em Recife.

Mas, os ideais de liberdade, resistência e a luta para poderem viver em seus quilombos, nas matas, não foram apagados das mentes dos viventes da servidão. Vieram ressurgir, passados mais de cem anos, em um outro momento de conflito armado na Zona da Mata e do açúcar, na Guerra dos Cabanos. Todavia, como se deu essa guerra e suas conexões com o Quilombo dos Palmares?

## 5. Guerra dos cabanos – Vicente Ferreira de Paula



Foto 7. Homenagem à memória dos Cabanos em praça de Maragogi/AL. (2017).

### Origem

São passados pouco mais de 130 anos e, outra vez, volta a aparecer resistência à falta de políticas, originárias da monarquia, para a solução das lastimáveis condições de vida na Região da Mata Sul de Pernambuco e norte de Alagoas, além das disputas políticas causadas pela abdicação forçada do Imperador D. Pedro I. Uma luta vem se estabelecendo no Império: liberais e conservadores ou absolutistas. Os liberais avançam nas formulações para além do modelo de governo estabelecido, mas permaneceu o príncipe regente. Nesse momento, várias são as revoltas surgidas na década de 1830, e, uma delas, é a Guerra dos Cabanos<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Cabanos – moradores em cabanas. Mas, a ideologia dominante conseguiu carimbar o termo, que ainda perdura, como sinônimo de cabueta, traíra, perigoso, malfeitor, ladrão... como mecanismo de eliminar qualquer lembrança dessa guerra e desses lutadores por liberdade e direito de morar em matas.



Inicialmente, vale dizer que o termo “cabanos” se deve ao fato de seus moradores residirem em cabanas. É possível se afirmar que a Guerra dos Cabanos, ocorrida no período de 1832 a 1836, foi rescaldo das guerras surgidas anteriormente em Pernambuco: a de 1817 e a de 1824, além de escaramuças de revoltosos com a situação política nacional, como a revolta de Santo Antônio. A guerra cabana, no início, defendia uma política absolutista. Disputava ainda o poder na província e, ao seu final, tornou-se uma revolta popular por liberdade e direitos de morar nas matas, por parte dos escravos fugitivos de seus engenhos, de roceiros e de desertores das forças governamentais - uma guerra popular. Uma guerra sem praticamente fazendeiros e na construção de outras soberanias.

Para Almeida (2008: 52), “A Cabanada foi a luta dos cabanos convergindo com absolutistas, quando das refregas iniciais, sendo aceitável que a luta interna no grupo senhorial abria a brecha para que a resistência cabana se transforme em Guerra”. Para este pesquisador, esta ligação é circunstancial e episódica, já que o grupo conservador jamais poderia ter se transformado na liderança dessa guerra. Assim, é que cairá nos braços de Antônio Timóteo e Vicente Ferreira de Paula, as suas lideranças populares, que mais expressavam os interesses da cabanada.

A guerra, com estas novas lideranças, toma outra dimensão sócio-política, com novas bandeiras, agora, voltadas aos cabanos como expressão dessa gente humilde e pobre da região das matas. O objetivo era a luta contra as desigualdades como uma alternativa de vida. Conforme o historiador Lindoso (1983), eles não se acabam com o fim da guerra pois são a tradução de um

modo de ser nas matas e em contraposição ao estilo de sociedade oficial, senhorial e branca. Um caminho de construção de um novo estilo de viver e ao mesmo tempo de destruição do passado escravo. Um modo de viver, ao que pareceu impossível de sua realização nas condições determinantes desse momento histórico.

As contendias já vinham do Ceará, girando pelos Estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas. O polígono da guerra alcançou as localidades de Panelas, passando pela região dos rios Una (Palmares, Catende, Limeira e Água Preta), além dos povoados ou pontos de Sertãozinho, Riacho do Mato, Espinho, Cavaco, Campos Frios, em Pernambuco, e, em Alagoas (Barra Grande, Jacuípe, Palmeira, Porto Calvo e Maragogi).

A Guerra dos Cabanos é comumente confundida com a Cabanagem, ocorrida na Região Norte do país, no Grão Pará, alastrada para toda a Região. Esta ocorreu no período de 1830 a 1840. Nesta mesma época, aconteceu, no Maranhão, a Balaiada, já que seus líderes eram fazedores de balaio. Essas guerras espelharam a insatisfação das políticas tomadas pelo governo central com alguma influência das novas ideias liberais que chegavam ao Brasil. As três são tidas pelo historiador Décio Freitas<sup>12</sup> como as revoluções de caráter popular, incididas no Brasil, na década. É bom lembrar que a Guerra dos Cabanos, no seu início, foi uma guerra absolutista que exigia a volta do Imperador deposto. Somente depois é que ela vai se reconfigurando para assumir uma postura de luta por melhores condições de se viver.

---

<sup>12</sup> Ver FREITAS, Décio. *Cabanos, os guerrilheiros do imperador*. Biblioteca da História. 2ª Edição, Edições Graal. Rio de Janeiro, 1982a.

As origens da Guerra dos Cabanos tiveram, possivelmente sob as lideranças perdedoras de movimentos anteriores como Pinto Madeira e Padre Antônio Manoel, em Jardim, no Ceará; em Pernambuco, com as lideranças de Flores, Costa Mendes, Torres Galindo; na Paraíba, com José Dantas Rotéia e, em Alagoas, com Batista Araújo de Barra Grande, que são os responsáveis pelo levante político e armado. Eram políticos que buscavam a manutenção da monarquia com D. Pedro I, portanto, lutadores da restauração ou absolutistas.

Os líderes, na Zona da Mata, eram representados na Região do Una por Manoel Afonso de Melo; por Antônio Timóteo e João Batista de Araújo, na região de Panelas de Miranda, hoje Panelas; além da liderança do povo indígena Alexandrino Gomes. Essas chefias, com o desenrolar da luta, foram se afastando e entrando em cena Vicente Ferreira de Paula que residia em terras de Riacho do Mato e Sertãozinho, na divisa de Pernambuco com Alagoas, às margens do rio Jacuípe. Ao se encontrar em Panelas com Antônio Timóteo, líder popular e pequeno proprietário de terra, passou a assumir também essa luta. Além deste, merece destaque lideranças indígenas no Jacuípe como Maurício e Manoel Valentim.

Após uma das batalhas dos cabanos com as tropas do governo e morto Antônio Timóteo, em Panelas, Vicente se tornou o mais expressivo líder dessa guerra de lavradores e moradores do campo, além de escravos foragidos e indígenas. Afirma-se que ele veio das bandas de Goiana, no norte de Pernambuco, tendo

também treinamento militar pois tratado como fugitivo, com o distintivo de sargento das forças governamentais.

### Bandeiras de luta

Sabe-se que vários desses líderes tinham como razões da guerra as lutas pela restauração da monarquia, mas, certamente, os seus maiores motivos passavam pela “situação difícil em que viviam índios e os escravos”, conforme o historiador Manoel Correia de Andrade, no livro *A Guerra dos Cabanos*<sup>13</sup>. De qualquer modo, as bandeiras iniciais dessa guerra eram: 1) A restauração, com a volta de D. Pedro I, já que teria retornado à Portugal, uma luta política; 2) e O estabelecimento do absolutismo no Brasil. Todavia, a continuidade dessas lutas, após a morte de D. Pedro I, em Portugal, perdeu o seu sentido maior.

A sua continuidade, após a morte do Imperador, mostrou que existiam outras razões de luta. Sobretudo agora com o novo comando nas mãos de Vicente Ferreira de Paula, tido como caudilho, mas originário do povo humilde e que melhor os compreendia. Mesmo assumindo a sua fidelidade ao Império, passou a defender as bandeiras resultantes daquelas situações de vida do povo, de índios e escravos. Nota-se aqui a ideia de transição dessa guerra, escapando das mãos dos absolutistas para as mãos de líderes populares. Em Almeida (2008: 52), a Cabanada foi uma guerra de cabanos, isto é: negros fugitivos, índios perseguidos, mulatos, bandoleiros, fugitivos do fisco ou do serviço militar à

---

<sup>13</sup> Ver: ANDRADE, Manoel Correia de. *A Guerra dos Cabanos*. Coleção Temas Brasileiros-7. Conquista, Rio de Janeiro, 1965.

força, mulheres prostitutas ou sem profissão e brancos pobres. E, ainda, para ele,

É necessário repetir: a ligação entre cabanos e absolutistas foi episódica e circunstancial em face de um inimigo comum. Para o Senhorial absolutista estava em jogo o mando; para os marginalizados estava a luta indistinta contra esse mando, e circunstancialmente enfrentam também os liberais como legalistas.

Este pensador mostra também, pela perspectiva teórica e ideológica, de que

A ideia de que o absolutismo é a condição da Cabanada deriva, entre outros pontos, de continuar a historiografia a consagrar a história por cima. O centro era o problema dos grandes da terra e não do humilhado Arraial do Jacuípe, bem como dos papa-méis soltos pelas matas a preocuparem os engenhos da região (id. 153).

Sofrendo uma importante inflexão ideológica, as bandeiras políticas dos cabanos, após dois anos de lutas e pouco explicitadas, passaram a ser por: 1) Liberdade aos escravos e demais trabalhadores do campo; e, 2) direitos de morar nas matas, atendendo também aos anseios indígenas da não obrigatoriedade do serviço militar às forças armadas. Esta guerra nas matas de Pane-las e Jacuípe durou mais de 3 anos, cheia de confrontos e emboscadas.



Foto 8. Vicente Ferreira de Paula e sua destemida mulher Lauriana Maria (conhecida por Lula) <sup>14</sup>

### Modo de vida

Os cabanos tinham um estilo simples de vida. Eram dominados e isolados nas matas pela ideologia das elites locais – a submissão total. Não podiam alimentar qualquer tipo de mudança. Suas roupas modestas acompanhavam chapéus de palha de palmeira. A alimentação era a comum dos tempos de Zumbi e que continuava: farinha, peixe, animais silvestres e frutas da região. A sua religião era a romana. Mas, mantinham a religiosidade indígena e africana. Assistiam missas quando frequentavam povoados e engenhos.

Os seus armamentos não passavam de um cacete (talvez a versão indígena do tacape) e a peixeira<sup>15</sup>, usada sempre às escondidas.

---

<sup>14</sup> O desenho é a capa do livro *Cabanos - Guerrilheiros do Imperador*, do historiador Décio Freitas.

<sup>15</sup> Arma branca cortante, comum na Região Nordeste, usada com bainha à cintura e encoberta pela camisa, muito utilizada nos afazeres domésticos.

didadas. Depois, outros tipos de armas de guerra e pólvora foram obtidos por Vicente, sobretudo retiradas dos Senhores de Engenho e tomadas das tropas do Império quando dos enfrentamentos. Outras armas também eram compradas.

Os poucos contatos dos cabanos eram com os grupos existentes onde viviam ou nos aldeamentos indígenas. Esse isolamento ajudava a manter a dominação no engenho pois os seus limites eram os seus familiares e a terra onde moravam, até serem despejados. Nessa perspectiva, é que ainda afirma Freitas (1982a: 34):

Para que uma categoria social possa impugnar as bases materiais de uma sociedade, precisa antes impugnar o sistema de pensamento da classe dominante. Prisioneiros da alienação, os moradores estavam ideologicamente desarmados frente aos seus opressores e exploradores.

### Cara da guerra

Na Guerra dos Cabanos, é visível a luta de classes em desenvolvimento que, a nível econômico, expressou a luta entre camponeses contra a subordinação a seus senhores. Em tempos de escravidão, essa guerra foi também uma luta pela subsistência, traduzida na disputa dos meios de produção, oferecidos pela natureza. Passa ser uma síntese dos desejos pela terra e, em especial, pela liberdade de plantar, trabalhar e de viver. Mesmo aos indígenas, nascidos nessas terras, não lhes era assegurada a cidadania, pois tidos como estrangeiros, desde a constituição de 1824. Já, os moradores sem-terra, que ficavam a vagar sem trabalho na região, podiam ser presos por vadiagem e serem entregues aos Senhores de Engenho para realizarem serviços, gratuitamente.

Com a morte de D. Pedro I, o movimento cabano passou a ser sinônimo de libertação de cativeiros e, aos indígenas yacuípes, a certeza da moradia em suas matas sem a obrigação do serviço militar. Um esforço, em especial, de construção de uma sociedade alternativa que uma sociedade senhorial não poderia aceitar, conforme Almeida (2008). Algo em construção por um povo considerado como gente má, pois na busca de sua própria vida e, ao mesmo tempo, sempre em processo de destruição.. Para essa gente, não haveria alternativa outra que não tentar a “sorte da liberdade nas lutas da Cabanada”. Só essa organização alternativa poderia oferecer encontros em tantos desencontros de violências e tensionamentos nas relações, apontando caminhos para as suas sobrevivências.

Essa guerra, certamente foi alimentada pela própria conduta das tropas imperiais com recrutamento de índio à força e manietados como criminosos, ladrões, bandoleiros e tantos outros adjetivos pejorativos imputados ao povo cabano e suas lideranças. Essas tropas também destruíam as plantações para impedir o abastecimento dos cabanos e eram comuns os saques às casas e pequenas propriedades, com sequestros e violação sexual das caboclas, mulheres e filhas cabanas. Saques aos engenhos também ocorriam por parte dos cabanos. Tudo isto só fez alimentar a resistência ativa desse povo e a ferocidade da guerra.

Das vilas, vinham as informações para os cabanos que aí adquiriam as armas e munições. Contraditoriamente, além de receberem a simpatia do povo pobre da região que era perseguido pelas tropas governamentais, também ocorria por parte de alguns



fazendeiros e Senhores de Engenho. Muitos não apoiavam e nem combatiam os cabanos, sobretudo devido ao medo à revanche dos mesmos.

### Guerrilha cabana

Os cabanos foram sofrendo fortes combates pelas tropas de Pernambuco e Alagoas. Todavia, passaram a praticamente dominar toda a região da mata sob comando de Vicente de Paula, o chefe supremo da revolta e autointitulado “Capitão de Todas as Matas”. Para o historiador Almeida (2008: 56), é conveniente notar que Vicente não fora apenas um Capitão, reduzido a funções apenas militares, mas aquele de todas as matas, isto é: “na verdade são três grandes conjuntos que se estabeleceram na região – índio, negro e o pessoal diretamente associado a Vicente de Paula”. Um agrupamento pouco diferenciado mas com destaques específicos.

Sua tática principal de guerra era a de guerrilha, muito adequada à região de matas, e, permeada de bastante carpintaria para a construção de ambientes de defesa, além de adequadas estratégias. O povo cabano precisou de artimanhas, de seus segredos nas matas, de esconderijos até em quilombos para poderem lutar. Juntos na guerra, estavam Ignácio Teixeira e o Alferes Chiquinho, outros chefes importantes, situados na região da Serra do Teixeira<sup>16</sup> e que juntos com Valentim eram os compradores de armas e munições aos cabanos. As tropas do governo também se estabeleceram nos pontos de Taquara e Riacho do Mato e, depois,

---

16 Serra do Município da atual cidade de Colônia Leopoldina, Alagoas.

reconquistados pelos cabanos, além do Engenho Macaco e Jun-diá, hoje uma cidade de mesmo nome, em Alagoas.



Foto 9. Bueiro do antigo Engenho Taquara, às margens dos Rios Taquara e Jacuípe. Hoje, Usina Taquara. (2017).

Por parte das forças governamentais, a tática era a guerra de posição. Posições ou pontos bem fortificados de onde passavam a atacar o inimigo. Formaram os piquetes ou pontos como o ponto de Cavaco, o ponto de Riacho do Mato, o Ponto de Campos Frios, todos às margens do Rio Jacuípe.

Narra-se que em ataques, os cabanos utilizavam o elemento surpresa. Durante uma festa num desses pontos legalistas, os soldados conversavam sobre a captura das caboclinhas, filhas cabanas, para seu divertimento, sob a vista de espiões cabanos. Na madrugada, os cabanos abriram fogo contra os soldados bêbados e sonolentos da festa, gritando: “tomem aí as filhas dos cabanos”. Às vezes, devido a sua maior mobilidade nas matas, um pequeno número de cabanos podia infringir sérias derrotas às tropas do governo. Por toda a região, sabe-se que foi uma guerra de boata-

ria, informações e contrainformações por meio de suas próprias espionagens.

Alguns senhores de terra, mesmo que tenha sido por medo dos ataques cabanos, abasteciam-lhes com armas. Por outro lado, nem todo o povo apoiava essas lutas. Muitos não contribuíam por temer as agressões dos Senhores de Engenho, devido a expulsão da terra e a morte por meio de seus capangas, algo muito comum. Também, destacou-se o apoio de alguns sacerdotes que ajudavam com as lutas desse povo. Um deles era uma espécie de secretário de Vicente de Paula. Autoridades religiosas da alta hierarquia católica, contudo, sempre atuavam em favor do governo.

### Combatentes

A vida em que viviam os cabanos era muito dura, carecendo de muita resistência às condições existentes. Talvez, este tenha sido razão dos primeiros líderes da revolta terem perdido a sua liderança da guerra para outros nascidos do povo.

No ambiente onde estavam estabelecidos, vivia-se um coletivismo primitivo, sustentado por certa organização e elementos administrativos. Nos arraiais, havia um líder militar e civil. Os cabanos apresentavam certa deferência para com o ritual da Igreja romana mas mantinham seus atos da religiosidade negra e indígena. Mesmo com o acompanhamento de atos religiosos católicos, entretanto, a família não tinha as características cristãs. Os homens e mulheres viviam juntos mas podiam permutar os seus pares, sob a aceitação de toda a comunidade. Talvez, por isto, tenham sido chamadas de bárbaros, rústicos ou bandoleiros. Cor-

ria ainda um certo dinheiro sob o controle de Vicente que era o dirigente maior.

Os demais líderes já citados seguiam as orientações de seu líder. Seu exército chegou a somar perto de 15 mil homens, espalhados em todo o polígono da guerra. Eles apresentavam uma certa estabilidade de vida já que plantavam variadas culturas agrícolas e criavam animais, expressão de uma vida com certa permanência na terra. Nas lutas, usavam as armas tradicionais e, os índios, as suas armas específicas – arcos e flechas. O cabano, na expressão do historiador Décio Freitas (1982a: 117), passou a ser sinônimo de “todo homem pobre”,

#### Fim da guerra

As condições da guerra exigiam sacrifícios estupendos financeiros e de vidas humanas e isso não seria possível continuar por muito tempo. As tropas governamentais ofereciam anistia a todos que se entregassem aos pontos dos soldados onde conseguiriam alguns viveres alimentícios; cabeças dos líderes eram postas a prêmio e as difíceis condições de manter a agricultura e a alimentação foram diminuindo o ânimo dessa guerra. Os seguidores de Vicente foram se reduzindo, mesmo que não tenha havido um momento único para o desfecho final dos embates. Diz-se que em Maragogi foram acordados com os cabanos esse final dos combates, com a deposição das armas.

Um grupo de negros, os conhecidos papa-méis, contudo, nunca depôs as suas armas e nem Vicente de Paula. Mantiveram-se no desejo de continuar esse conflito. Mas, se agora a guerra

caminhava para o seu final, os cabanos passaram apenas a ser citados como “quase selvagens” pela imprensa no Rio de Janeiro que acompanhava o desenrolar dessas ações militares. As lutas continuaram esporádicas e vários dirigentes cabanos assumiram outras guerras como a Praeira, uma revolução liberal da qual não participou Vicente de Paula.

O Presidente de Alagoas, à época, Manuel de Carvalho se vangloriava pois em seu governo foi possível o fim da guerra de Panelas e Jacuípe, após a combinação das forças do norte de Pernambuco, Recife, Olinda e de Alagoas. Juntas puseram fim às lutas e ataques, tendo sido retomados, em forma de ataques esporádicos, nos momentos seguintes, praticamente, até a década de 1850, na Zona da Mata.

Por mais de 15 anos, vagaram Vicente e outros comandantes de revoltas atizando o fogo da liberdade na região, a exemplo também de Pedro Ivo, militar que comandou outras revoltas sendo, posteriormente, levado à cidade do Rio de Janeiro. Dizem, inclusive que fora aclamado por lideranças da monarquia. Já em contendas em Maceió, Vicente chegou a ser ovacionado por vivas de governantes e aplaudido como bravo, caudilho e honrado.

Nos idos de 1850, Vicente é traído e preso em Porto Calvo, sendo levado, posteriormente para Fernando de Noronha. Saindo de lá com os seus 70 anos de vida, veio morar na região mas sem pretexto de se apresentar como o grande líder que fora. Faleceu na Fazenda Marvano, no final da década de 1860, na região da atual cidade de Jacuípe, em Alagoas.



Foto 10. Fazenda Marvano – cidade de Jacuípe – AL (2016).

### Sentidos da guerra

Numa luta de classes dessa natureza, a liberdade para escravos sempre fez tremer a ordem reinante pois atingia o cerne do modo da produção, o trabalho escravo. A sua existência bem que poderia contaminar outras categorias para uma guerra em escala maior. Mesmo assim, as condições de vida dessas gentes também não foram resolvidas e, até hoje, a região da Mata Sul de Pernambuco e da Mata Norte de Alagoas padecem dos mais baixos índices de desenvolvimento humano municipal (IDHM), com destaques para os indicadores da Educação. Colônia Leopoldina, cidade em Alagoas, no Vale do Rio Jacuípe e no coração desses embates, por exemplo, veio ter a sua primeira escola pública na década de 1930. Pareceu mais existir uma dupla punição à região: pela espada e pela ausência da educação formal na Zona da Mata, por, pelo menos, 100 anos.



Foto 11. Grupo Escolar Aristheu de Andrade – 1ª escola pública de Colônia Leopoldina, fundada em 1932. (2016).

As marcas expostas por essas gentes das matas estão por todos os lugares da região: uma resistência ativa em combater e encaminhar novas experiências no período da guerra; a criatividade no uso das armas e no escapar dos enfrentamentos com as tropas legalistas e, ainda, a marca da disposição à luta. Isto parece continuar.

A traição e a vingança foram as qualidades comuns aos governantes e suas tropas leais. Pode-se ter como relevo a morte do líder indígena, o Cacique Hipólito, que sendo convidado a conversar em Porto Calvo, foi preso sem qualquer justificativa e, depois, assassinado, no momento de sua soltura.

Mesmo em tempos atuais, a ingratidão impera quando os senhores da terra, ao vendê-las, esquecem aqueles seus moradores ou os expulsam com tratores limpando toda a área onde moram, como lembra Vieira Júnior (2019: 187), no romance *Torto Arado*. Ao dar a voz a Domingas, quilombola, ela reclama que os donos

de terra “... querem vender a fazenda sem se preocupar com a gente” e destaca Severo que deseja ser dono do seu próprio trabalho. Almeja ele “... decidir sobre o que plantar e colher além de nossos quintais”. Até hoje isto se repete, a exemplo do Engenho Cruzeiro do Sul e o Engenho Papa-Mel, nas terras da Destilaria Porto Alegre, no município de Colônia Leopoldina. Após certas “negociações” com os moradores, as casas foram todas demolidas por máquinas de terraplanagem, terras estas onde o cabano nasceu e cresceu com o seu próprio trabalho.

Para Oliveira (2015), embates continuaram a ocorrer ao longo da década de 1840, desde a Guerra dos Cabanos até os anos de 1950. Isso ficou evidenciado ao governo imperial que a solução para esse povo não seria pelas armas, apresentando a proposta de desenvolver a região com a fundação de duas Colônias Agrícolas Militares. Uma foi implantada em Alagoas, a Colônia Agrícola Militar Leopoldina, hoje cidade, e a outra em Pernambuco, a de Pimenteiras.

A atual cidade de Colônia Leopoldina tem nesse projeto a sua verdadeira origem e jamais qualquer proximidade com a princesa ou com a família real como também mostra SILVA (1983) em seu livro *A Colônia da Princesa*. Uma Colônia Agrícola e Militar para combater aqueles grupos revoltosos como rescaldos dessas guerras. Para Silva (2016), foi um projeto de desenvolvimento formulado pelo Governo Imperial que passou a implantar outras colônias no país e para as regiões das ditas “Matas Incultas” e transformá-las em “Matas Civilizadas”, impondo a civilização branca. Pode-se dizer até que sem Vicente Ferreira de Paula não haveria Colônia Leopoldina.



A vitória de uma guerra dessa natureza, contudo, careceria de elementos que estiveram ausentes em toda a campanha dos cabanos. Numa visão mais crítica, pode-se dizer que não havia espaço para maior clareza teórica dessa guerra; também, a inexistência de um programa político explícito, em prol dessas bandeiras populares; e, além disso, a inexistência de um partido político revolucionário em condição de conduzir a efetivação da política e com a força de liderar os distintos grupos e combatentes nessas suas tantas vitórias, orientando-as para as mudanças, entendidas como superação do trabalho escravo.

Essas lutas por liberdade e direitos de moradia, mesmo que derrotadas naquele momento e originárias na guerra de Zumbi, se mantiveram vivas e chegaram até o tempo do fim da escravidão; mantendo-se com a passagem da Monarquia para a República; presentes nas ditaduras vivenciadas pela sociedade brasileira; continuando nas lutas por melhores condições de vida e de trabalho e pelo fim da ditadura, pelo operariado do país, no final da década de 1970 e 1980; concretizando-se na criação de movimentos sociais por direitos à terra para quem nela mora e trabalha, tantos anos depois, no país.

E, ainda, após 150 anos, nas décadas de 1980 e 1990, em parte da região cabana do rio Jacuípe, reacendem-se das pedras, nas lutas por terra na Fazenda Grota d'Água, ainda na área rural de Colônia Leopoldina. Foram atiçadas pelo movimento social por direito à moradia com a conquista do atual Bairro do Mandacaru, na cidade.

## 6. Lutas do Mandacaru – seus guerreiros e guerreiras

### Vagalumes da resistência

A cidade de Colônia Leopoldina se originou, como foi visto, a partir da Colônia Agrícola e Militar<sup>17</sup>, criada em 1850 e instalada nos anos de 1851, às margens do Rio Jacuípe, com a finalidade de combater os fugitivos, grupos dos rescaldos da Guerra dos Cabanos e outras, que se esgueiraram pelas matas da região. A sua criação já estava nos planos governamentais, desde a década de 1830, conforme o professor e historiador Luiz Sávio de Almeida. A questão apareceu em correspondência do Presidente da Província de Alagoas, como registra Almeida (2008: 371)<sup>18</sup>.

---

17 Recomenda-se a leitura da pesquisa doutoral do professor do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Alagoas/IFAL: SILVA, Amaro Hélio Leite da. COLÔNIA MILITAR LEOPOLDINA: “DAS MATAS INCULTAS” ÀS “MATAS CIVILIZADAS” (1851 - 1867). Recife, 2016. Tese de Doutorado na Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, no Programa de Pós-graduação em História.

18 Ver Presidência da Província de Alagoas. Correspondência endereçada ao juiz de Paz das Lages, datada das Alagoas a 06.08.1832. L139-E20. APA. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de. *Memorial biográfico de Vicente de Paula – o capitão de todas as matas. Guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana*. Maceió, EDUFAL, 2008.



Foto 12. Riacho do Mato nos dias atuais<sup>19</sup>. (2015).

Colônia Leopoldina situa-se em região que fora habitada por índios, próxima ao aldeamento dos Yacuípes, hoje cidade de Jacuípe, e, por antigos escravos foragidos. Está em região quilombola que é definida por um raio de 100 Km das terras de Zumbi, Serra da Barriga, chegando até as águas do rio Una, em Pernambuco. A Serra da Catita, em Colônia Leopoldina, foi passagem e trilha de escravos, índios, brancos miseráveis em busca de liberdade, desde a Guerra dos Palmares, passando pela Guerra dos Cabanos, chegando aos dias atuais. A desigualdade, marca de todos

---

19 “Na temporalidade presente, o lugar Riacho do Mato não tem mais as matas que abrigaram a comunidade cabana de Vicente de Paula. No entanto, Riacho do Mato é ainda a expressão visível de uma sociedade em que a desigualdade social é predominante”. Ver: Sílvio César da Silva de Carvalho. ELEMENTOS HISTÓRICOS DA CIDADE: ensaio de história sobre o dilúculo do município de Colônia Leopoldina. In: Melo Neto, José Francisco de. Colônia Leopoldina (AL): 65 anos de política partidária dominante (1950 a 2015) (relatos e visões críticas) / José Francisco de Melo Neto, Osvaldo Batista Acioly Maciel, Sílvio César da Silva de Carvalho - João Pessoa-PB: Editora do CCTA, 2016.

esses tempos, ainda campeia em toda região da mata, e, de forma mais expressiva que em outras regiões do país.

A instalação da Colônia, propositadamente tinha a sua frente voltada ao que sobrou do antigo ponto de Riacho do Mato, para melhor visão do antigo grupo de resistência, residente nesse local. Daí, originou-se um povoado que veio depois tornar-se vila e, posteriormente, a atual cidade de Colônia Leopoldina, com aproximadamente 22 mil habitantes. Cidade gerada na região de Porto Calvo e, que hoje, constitui-se como uma síntese de todas as virtudes e mazelas, produtos culturais dessa tradição da cultura da usinagem. Formaram-se cidades numa região em que as suas ruas e quadras formam a senzala. As prefeituras, o ambiente dos pedidos das pessoas pobres, a Casa Grande do Senhor de Engenho.

Erigiu-se na região dos canaviais e arrastou consigo marcas da tradição escravocrata que tem contribuído para dificultar o avanço da cidadania para todos. Nesse ambiente, estabeleceu-se a “cultura do silêncio”, na expressão do educador Paulo Freire (1987)<sup>20</sup>, cobrando a sua superação por processos educativos e políticos. Ações educativas que procurem ir além da limitada visão apenas do local, do particular, e que aprisiona a pessoa e a impede da reflexão crítica. Como entende Zizek (2013: 213), estabelece-se um impedimento de se enxergar a dimensão de universalidade tão importante para, do ponto de vista conceitual, mostrar que esse universal é o conteúdo que entra no ser mesmo da pessoa, e “adquire existência real”. O real toma a dimensão da necessidade permanente de superação dessas condições do lugar.

---

20 Ver Freire, Paulo. FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987.

Contudo, são condições de mudanças possíveis que cobram o diálogo, ficando este pulverizado e subsumido para a organização dos saberes populares, em prol de melhorias das condições de vida. Dessa forma, perde-se a condição humana de se situar no mundo de forma histórica, cultural, econômica e política. Ainda na visão de Freire (1987), o que há é uma educação opressora como acontece cotidianamente, tanto na escola como fora dela, introjetando-se no oprimido as formas distintas de expressão do opressor.



Foto 13. Destilaria Porto Alegre. (2015).

Colônia Leopoldina traduz as contradições das classes existentes desde os Palmares, passando pelas condições de vida dos cabanos até os tempos atuais, com a classe dominante caracterizada nos senhores de terras com nomes de engenhos, mesmo que estes não mais existam. Os trabalhadores são identificados comumente como morador da terra de fulano ou de sicrano, os donos das terras, subtraídos todos os direitos de seu trabalho; como trabalhadores de usina, além daqueles viventes nas periferias da

cidade. Há ainda os proprietários de pequenas porções de terra. Juntos, simbolicamente, são a versão atualizada da escravaria de tempos passados que permanecem sob distintas formas. Há também os setores médios da sociedade formados por pequeno grupo de servidores públicos locais, no comércio e alguns poucos com vinculação trabalhista ao Estado.

Além disso, há um deslocamento nas últimas cinco décadas do homem rural à cidade, em todo o país, decorrente de ausências de políticas públicas para a sustentação da vida do homem do campo, em busca de outras condições para viver. Assim, Colômbia cresceu em população.



Foto 14. Campos de cana de açúcar. (2007).

Entretanto, com o declínio da ditadura militar de 1964, maior foi o esforço nacional de democratização das relações entre as pessoas, entre as pessoas e as instituições, bem como entre as instituições, em síntese, entre a Sociedade e o Estado, as lutas agora por cidadania. Os lumiares dessas lutas também passaram a se acender por essas bandas de serras e sobras de matas.

## Pesquisa-ação

Nos idos do ano de 1982, um estudante de mestrado em educação, nascido em Colônia, direcionou a sua atividade acadêmica de pesquisa para lá, utilizando a metodologia da pesquisa-ação<sup>21</sup>. Dessas ações metodológicas, foi gerado o texto denominado de “Ação cultural no meio rural”, o título final da dissertação. Durante a utilização dessa metodologia, foi possível juntarem-se jovens como o Irapuan Araújo, artesão do setor de cordas e madeira; Elias Pinheiro, pintor e servidor público; Jesilda Jatobá, professora de alfabetização e Geraldo Laurentino, ligado ao futebol, para a efetivação dessa ação cultural.

As discussões com esta equipe duraram dias e, ao final, elaborou-se um projeto de ações no campo da cultura. As atividades desses grupos estão relatadas e detalhadas no livro *Resistência popular, possibilidade ontem e hoje*<sup>22</sup>.

A metodologia caminhou na perspectiva de que a educação é um processo em que educador e educando se educam e estão envolvidos na grande “trama” da transformação social. Pela metodologia da Pesquisa-Ação, prepararam-se o investigador para esse processo, o investigador e a comunidade, a sistematização das

---

21 Estudante da Universidade de Brasília (UnB), José Francisco de Melo Neto, que desenvolveu a sua pesquisa para esse ambiente cabano, da cidade de Colônia Leopoldina/AL.

22 MELO NETO, José Francisco de. Colônia Leopoldina – ação cultural no meio rural. In: *Resistência popular – possibilidades ontem e hoje*. José Francisco de Melo Neto e Wojciech Andrzej Kulesza. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB. 1999. Ver em: MELO NETO, José Francisco de. *Produção Acadêmica: (Livros e textos em Educação)*. João Pessoa, 2014. Ver ainda em: Coleção da Academia de Cultura de Colônia Leopoldina, no seu Volume 1. *Colônia Leopoldina*, 2015.

informações coletadas na pesquisa, o processo de análise dos dados, a interpretação desses dados e os procedimentos de avaliação (Melo Neto: 1999: 7).

### Mobilização pela prática da pesquisa

#### Criação de um partido político fora do eixo

Ainda no ano de 1982, criou-se na cidade um movimento pela organização dos trabalhadores, por meio de um partido, o Partido dos Trabalhadores, “nascendo das lutas sociais... e pela participação política dos trabalhadores na vida nacional”<sup>23</sup>, conforme o seu Manifesto. Um movimento político originário do interior da teoria do trabalhismo, socialista e de centro-esquerda, incentivando a necessária organização da classe trabalhadora da cidade e da área rural.

Foram seguindo ações no município que compuseram esforços de mudanças de forma lenta e, além disso, com pouca visibilidade pela própria comunidade onde estavam se realizando.

Mas, anteriormente, existiram esforços de mudanças que foram registrados em iniciativas do Movimento Democrático Brasileiro (MDB, depois PMDB e MDB, de novo), no ano de 1983, por exemplo, com convites para suas reuniões. Elas tinham os seguintes objetivos: ”Reforçar a organização do partido; colher novas propostas para o seu crescimento, preparar politicamente

---

23 Ver: Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores. Agosto de 1980. In: Colônia Leopoldina-AL. *Partido dos Trabalhadores, 38 anos de memória e história* (1982 a 2020). Organização MELO NETO, José Francisco de; SILVA, Jardial Herculano; SILVA, Jayana Herculano; SILVA, José Luciano Pereira da. João Pessoa: Editora do CCTA/UFPB, 2021.



a militância partidária e tornar o partido de oposição operário-popular”. O conteúdo básico do convite para essas reuniões era “o povo e a participação política”<sup>24</sup>. Afinal, era o partido da resistência à ditadura. Estes objetivos, contudo, perderam-se e não tiveram continuidade.

O aparecimento desses movimentos mudancistas percorreu toda a região da Zona da Mata nordestina. Mas, aquilo que marcou é que o sentido de mudança se expressou mais precisamente, apenas, em tempos eleitorais. Todavia, não passou de mera retórica com trocas de nomes de figurantes de gestores públicos. Estes carregaram as mesmas intenções de dominação e da promoção do medo, com a amnésia das propostas, às vezes, de mudança, proclamadas em campanha eleitoral, mas “deixadas prá lá” logo depois dos resultados das urnas.

### Grupo do Mobral

Dessa prática metodológica, formou-se o Grupo do Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), composto de professores sob a Coordenação da Jesilda Jatobá e que chegou a expor propostas várias para a educação municipal, para a educação de jovens e adultos, após as análises dos dados levantados da cidade, sobretudo na educação, naquela época, após um ano de atividade do grupo, contribuindo ainda à aplicação de questionários da pesquisa.

---

<sup>24</sup> Convite à reunião partidária – PMDB. Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Colônia Leopoldina, 3 de fevereiro de 1983. In: MELO NETO, José Francisco de. Colônia Leopoldina – 30 anos de lutas populares por mudanças e cidadania -1983-2013. João Pessoa, Mídia Gráfica e Editora, 2013.

## Nova Geração - futebol

Um outro grupo, sob coordenação de Geraldo Laurentino, com ações que foram fortalecidas com discussões sobre a situação do esporte local, no caso o futebol, com um grupo de mais de 30 jovens, com encontros semanais regulares. Acompanhou-se com treinamento físico e estudo das regras do esporte, além da prática do jogo, mobilizando toda a cidade com as partidas de futebol. Caracterizou-se com a sua forma de conduzir o time por exercícios democráticos e participação de todos do grupo nos momentos de seus encontros. A escalação do grupo, aquele que iria jogar com algum outro adversário, se dava coletivamente. Neste momento, também ocorria a coleta financeira de sua sustentação, com ênfase na autonomia da equipe – o Nova Geração.

No aspecto político, o grupo organizou algumas propostas para o esporte em geral para a cidade que foram do tipo: “um ginásio público (quadra de esporte) para todos os esportes; contratação, pela prefeitura, de professores formados em educação física; o incentivo à outras modalidades de esporte” (id, *ibidem*. 76).



Foto 15. Nova Geração Esporte Clube. (alguns nomes: Nego Ita(esquerda em pé), Marão(segundo da direita), Geraldo (fundador-direita em pé), Geraldo, Tico...(de cócoras). (1983).

As reuniões da Equipe do Esporte ocorriam no Centro Social Pe. Dehon, ligado à Igreja Católica, hoje, prédio do Banco do Brasil. Aos sábados, nessas reuniões, definia-se a Equipe a jogar, bem como discutia-se o jogo com suas táticas e regras. Um grupo que durou três anos, até que parte de seus membros tivesse que migrar a outros centros do país para atender a sua sobrevivência.

#### Banda de Zabumba São Sebastião

Por sua vez, animou-se o já existente grupo de Zabumba São Sebastião por meio de um levantamento da história dessa banda, algo montado coletivamente com todos os seus membros. Segundo eles, este grupo de músicos já existia desde a década de 1920, vindo se firmar a partir de 1959, mas registrada a sua história, só agora. Numa conversa com o grupo, um de seus participantes, o tocador de pífano, Lúcio, afirma:

“ - Minha cabeça tá zinindo.

- Por que, Lúcio?

- Porque com essa história toda, nós vai ser chamado mesmo a tocar por aí! Precisamos juntar mais o pessoal, e, tocar muito mais.” (id. Ibidem: 74). Ocorreram ações que podem ter despertado para a sobrevivência do grupo. Também organizou algumas propostas para a melhoria do grupo. Um grupo que permanece existindo até o momento.



Foto 16. Banda de Zabumba São Sebastião-Colônia Leopoldina. (1983)

### Grupo dos Guerreiros

Promoveu-se um grupo de retomada da dança dos Guerreiros, festa da região das matas e marcantes no folclore alagoano que é mesclado com passos de danças africanas e indígenas, orientado para as festas natalinas e com as temáticas desse momento. Um grupo que foi combatido por muitas famílias pois, com seis meses de criação, afirmou-se que tinha se tornado ambiente de prostituição, encerrando-se suas atividades.

## Grupo dos Fotógrafos

Também ocorreu a formação de um grupo de fotógrafos. Uma Equipe que pôde desenvolver curso de fotografia com os seus membros. Como atividade final do curso, decidiu-se que a fotografia seria a da Igreja Católica, em sua parte interna e externa.

Esta Equipe chegou a promover uma exposição na frente da praça do antigo Fórum, sobre “o modo de produção da Uru-pema”, desde o tirar cipós na mata, o tipo do mesmo e todo seu trançado, de inspiração de Manoelzinho Loló, artesão/tecelão dessa peneira de palha e outros utensílios domésticos, utilizados na região. Ainda há remanescentes desse grupo que vivem de fotografia.

## Arte nas ruas



Foto 17. Irapuan Araújo da Silva (**IRÁ**). Artesão. (2021).

E, ao mesmo tempo, formou-se o grupo de Arte com os artistas Elias Pinheiro e Irapuan Araújo. Estes iniciaram pequenas mobilizações de rua que foram chamando a atenção dos populares, com exposições e discussões nas esquinas da cidade sobre as suas peças de arte. Foram ações pouco duráveis no tempo, diante da estranheza dessas ações na pequena cidade.



Foto 18. Elias Pinheiro. Guerreiro das Artes. (2016).

Eram resgates de traços da cultura da região cabana e que expressou momentos de resistência tanto pelas exposições de suas artes como pelas pinturas do Elias.

Todos esses grupos juntos, em mobilização, ao final dessas atividades organizativas, entregaram um documento de propostas para a cidade, ao Prefeito, cada grupo com as suas específicas reivindicações, como: “espaço físico para atividades de artesanato, promoção de uma semana cultural de maio pelas escolas, reposição dos instrumentos da banda de Zabumba, cursos de artes plásticas para a população”, entre outros (Melo Neto, 2013: 37).

Na conclusão desse documento, durante a sua entrega com mais de 30 participantes dos variados grupos, foi citado um poeta venezuelano que afirma: “a história prova que a maior força de autoafirmação de um povo ante a voracidade colonialista é a presença de uma vigorosa cultura”<sup>25</sup>. Estas foram expressões culturais daquele momento.

### Sacerdote nas lutas

Nesta década de 1980, ainda houve a chegada de um sacerdote italiano Aldo Giazzon que conferiu ao seu trabalho pastoral uma dimensão sócio-política humanizadora e voltada àqueles mais necessitados. Preparou projetos também mobilizadores na região, contribuindo para a criação de uma Casa de Farinha e de algo de maior inserção social que foi a criação do que se denominou - a horta do padre, para cuidar de crianças abandonadas, no território de Sertãozinho/PE, na divisa com Alagoas. Foi também forte resistente aos grupos de extermínio de pessoas, atuantes na região do Vale do Rio Jacuípe. Estes assassinavam trabalhadores, cortavam suas cabeças e punham em estacas de cercas, em plena rodovia. Promoveu importantes mobilizações como caminhadas religiosas para a Serra do Catita. Estruturou um ambiente físico que possibilitou ainda nessa década o estabelecimento de um grupo de monges e monjas, nessa serra, orientados pelos trabalhos religiosos da Teologia da Enxada, sob a coordenação do monge João Batista. Estes religiosos muito contribuíram, naquele momento, para resgate dos valores solidários e religiosos entre as pessoas.

---

25 Citação do Jornal Leia Livros – edição abril/maio,2003.



Foto 19. Pe. Aldo Giazzon. (2015).

### Disputas entre os trabalhadores

Ainda nesta década, houve a vitória de uma chapa de oposição à direção sindical dos trabalhadores rurais, sob forte cooperação desses padres. Deu-se a saída de sindicalistas que já estavam aí encastelados por contínuos mandatos, pelo processo de eleições que envolveu toda a cidade. Uma mobilização com muitos momentos de disputas internas ao sindicato, agora, nos novos moldes de organização: juntar mais o pessoal e, então, colocar nas direções pessoas comprometidas ideologicamente com a classe trabalhadora. A nova direção do Sindicato Rural esteve no início vinculado ao movimento do novo sindicalismo brasileiro da Central Única dos Trabalhadores (CUT).



## Servidores/as públicos

As condições dos servidores municipais nunca foram as melhores e isto levou-os à criação do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais que conduziu, mesmo com baixa organização, uma greve desses servidores. Em tempos, em que greve era algo impensável para a região, os resultados materiais foram reduzidos mas, talvez, embriões de futuras lutas.

## Movimento estudantil

Destacou-se, no intervalo de 1989 até 1997, uma importante mobilização dos estudantes secundaristas com forte caracterização na resistência estudantil à ditadura e com reivindicações educacionais, bem caracterizadas no livro “A trajetória do Movimento Estudantil Leopoldinense”, de José Júnior Amorim. Um movimento que teve participação do grupo de Teatro, denominado de Grucale, que com a forte presença do Rudson Maia, engenheiro agrônomo, que trabalhava no município, e, com Miguel Florêncio, Osvaldo Acioly, Adelmo Torres e Jair de Assis, contribuíram para assegurar vida ao movimento estudantil local. Um movimento, que segundo Amorim (2011: 7) teve “adesões expressivas entre os educandos. Essa corrente vitoriosa expandiu-se e surgiu a primeira safra dos líderes estudantis nas escolas do município”<sup>26</sup>. Um movimento que provocou a criação de jornal, promoção de encontros e participação de estudantes em congressos como o da UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas)

---

<sup>26</sup> Ver: AMORIM, José Júnior. *A Trajetória do Movimento Estudantil Leopoldinense*. Grafnobre, Colônia Leopoldina, Al, 2011.

e na UESA (União dos Estudantes Alagoanos), até a criação da UMEL (União Municipal dos Estudantes Leopoldinenses). Suas bandeiras eram itens para a qualificação da educação como a necessidade de biblioteca pública e, em especial, a defesa “de uma política educacional de boa qualidade”.

### Enfrentamentos rurais

Como se vê, durante toda a década de 1980, estes foram algumas das mobilizações de pessoas notadamente na cidade. Estas, por sua vez, possibilitaram acender tochas, sugerindo caminhos para as lutas rurais neste ambiente cultural, e, voltadas à produção local da agricultura familiar. Ao mesmo tempo, recrudescem os conflitos de terra no meio rural municipal, entre 1986 a 1991, com as lutas da Fazenda Grota D’água, com disputa por esta terra por aproximadamente 50 famílias, com a decisiva participação de Aloísio Bezerra (seu Ciinha) e João Carrero.



Foto 20. Aloísio Bezerra (Ciinha). (2015)

Esses pleitos se deram de forma muito renhida. Houve prisões coletivas, sendo os participantes amarrados por suas camisas e conduzidos à delegacia, numa caminhada de mais de 10 km. Ocorreu diretamente o apoio do sacerdote Aldo com a presença de Irapuan, Risadalvo (São), Adelmo Lins, Zé Manuel e Maurício Pereira, além do importante envolvimento da Central Única dos Trabalhadores e da Pastoral Rural da Igreja Católica.

Ocupações houve ao prédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, além das ações jurídicas do advogado Dr. Liu. Ao final de tudo, veio a conquista da terra, após mais de três anos de embates entre os rurais, fazendeiros e agentes públicos.

No mesmo período, avançaram os conflitos em mais três outras fazendas: A fazenda São João, a fazenda Marinheiro e a fazenda Cabral que obtiveram, por meio da luta, a regularização dessas propriedades para todos que nelas estavam morando e vivendo. Estabeleceram uma reforma agrária própria. Hoje, estas fazendas são áreas de assentamento.

Tudo isto veio colocar luzes ao destaque das necessidades básicas da população da cidade, naquilo que toca em especial à moradia de várias famílias sem teto, moradoras das margens do Rio Jacuípe, no território de Colônia Leopoldina..

Esse tipo de combate adquiriu outras insígnias e bem distintas da Guerra de Zumbi e da Guerra dos Cabanos. Não tem a dimensão dessas guerras anteriores. Foram embates não armados por parte do povo. As lutas eram definidas na mobilização e pela pressão nos setores da institucionalidade. Mas, o seu conteúdo era

muito semelhante ao do passado: a busca de autonomia das pessoas como expressão alternativa de vida, liberdade, e, sobretudo a disputa pelo direito de moradia. Esses embates deslocaram-se da área rural, voltando-se à cidade.



Foto 21. Antigo Engenho Cavaco – um ponto, piquete, na Guerra dos Cabanos – hoje, assentamento da Reforma Agrária (MST). (2019).

A economia ainda é a do açúcar como produto principal já que o algodão praticamente desapareceu da região. Os engenhos estão com seu “fogo morto”, na expressão do romancista José Lins do Rego (2021) e as usinas os superaram em produtividade e riqueza. As necessidades profundas de sobrevivência continuam para os tetranetos dos cabanos, em toda a região do Vale do Rio Jacuípe, subsidiadas em forma de políticas públicas. As relações de classe se mantêm.

A cidade se encontra cercada ao norte pelo Engenho Riacho do Mato, ambiente historicamente cabano; um pouco a leste, pelo assentamento da Reforma Agrária (MST) do Engenho Cavaco e um ponto na cabanada; mais ao leste, pelo assentamento do

Engenho Onça; e, no município, ao sul e oeste, os assentamentos anteriormente citados. É tempo de mais peijas para os amantes da liberdade. Vivas ao 20 de agosto de 1991 - a ocupação do Mandacaru.

Mandacaru – 1991 a 2005

A ocupação

Uma análise crítica orienta que um fenômeno, seja qual for, contém os seus elementos determinantes. Sempre é produto de componentes históricos, econômicos e sociais, arrastando consigo as suas contradições. A ocupação do Mandacaru em Colônia Leopoldina é algo que foi se definindo também nessas condições.

A região das matas nordestinas sofreu pelo modo de produzir, baseado na escravidão. As suas contradições foram sendo os motores para a definição de valores nas relações humanas que desaguaram no existir dessas gentes. Instituíram a rebeldia e a resistência ativa de Zumbi dos Palmares, consolidando a luta como virtude. Tomaram corpo, ainda mais, na Guerra dos Cabanos que sacudiu boa parte das matas da região, manifestando esses mesmos valores. Uma guerra que não ficou marcada por apoteóticas batalhas de grandes exércitos. Havia um que significava a força de Império, por meio de suas guardas armadas, em oposição à outras forças que combateram com limitados armamentos e muita resistência, preservando as suas causas.

A guerra de Zumbi, expressão de uma guerra pela liberdade, e, pela construção de uma alternativa de vida, assim como

a Guerra dos Cabanos, são produtos das contradições das classes dominantes de Senhores de Engenhos e que não proclamavam uma só voz, mas que o Império foi a tradução dessa força senhorial e branca. E, do outro lado, um povo que se poderia comparar como os “esfarrapados da sorte”, as classes de trabalhadores, compostas de índios aprisionados e amedrontados pela obrigatoriedade do serviço militar a esse Império, e, alimentador de suas forças armadas, negros fugitivos da escravidão, o famoso papa-mel, e brancos pobres que juntos lutaram por liberdade e direito de morrer nas matas e contra aquele tipo de recrutamento, mas sem uma uniformidade na ação.

Guerras que aconteceram no pouco a pouco e em pequenos movimentos, em que se sobressaíam as suas táticas de guerrilhas e escaramuças. Houve combates entre grupos, tentando-se minar a resistência de seus adversários, cada um à sua moda. Comumente, as forças dominantes recorriam às suas práticas de vilania, tentando a compra de guerreiros adversários por berloques ou dinheiro, incentivando a traição daqueles combatentes dos setores populares. Na Guerra dos Cabanos, esses movimentos atingiram Panelas de Miranda, em Pernambuco, até às terras alagoanas, chegando ao litoral de Maceió e à região norte do Estado, até às terras da Laje, hoje, São José da Laje.

Quase 150 anos depois, nas mesmas terras das matas sul de Pernambuco e norte de Alagoas, no ambiente da antiga Colônia Agrícola e Militar, que existiu até 1867, as condições de vida se apresentam de forma muito semelhante. Estas passam a exigir, mais uma vez, que esse povo exponha as suas qualidades aprendi-

das e ensinadas durante esse longo tempo de guerras anteriores, armazenadas em seu imaginário. Passaram a cobrar os mesmos valores passados na têmpera do fogo e do aço, forjados nos confrontos armados: resistência ativa e luta para tornar possível a manutenção de suas vidas e, em especial, a luta por alternativa de moradia.

Foram necessários aqueles exercícios de buscas por cidadania, entendida esta como a condição de se viver politicamente o seu lugar, por meio da participação nas variadas expressões de vida local. Isto ocorreu pela participação no esporte e, sobretudo, nas diferenciadas manifestações da arte, nas décadas de 1980 e início da de 1990, as várias ocupações de terras na área rural, amadurecendo a disposição à luta, até se chegar à ocupação do Mandacaru. Esta ação foi produto e motivo dos desejos de se poder viver nessas terras.

Nesse processo organizativo, determinante para que fosse possível se chegar até ao Mandacaru, vários guerreiros aparecem com disposições para a liderança dessas ações. Uma guerra, contudo, em dimensão micro, em nível de município, mas com as características de um conflito dos novos tempos – embates, sobretudo, no campo institucional, promovido pela mobilização das pessoas. Um Estado que se esforça pelo cumprimento das leis em vigor mas que também detém a força policial necessária para implantação dos desejos de seus dirigentes, o poder de mando dos antigos senhores das terras, o desejo dos brancos.

O surgimento de novas lideranças nas lutas pela moradia fez lembrar a bravura dos negros e famosos papa-méis que pare-

ciam estar soltos na cidade, oriundos das serras, e que nunca depuseram as suas armas de fogo. As armas de agora, contudo, são a da participação, do convencimento, da resistência ativa e das lutas em busca de direitos estabelecidos.

A pobreza, a desigualdade profunda e a mais iminente necessidade da moradia fizeram de moradores das periferias e moradores de ruas à beira do Rio Jacuípe, de Colônia Leopoldina, iniciarem discussões sobre a possibilidade da realização de uma ocupação de terras para a construção de suas casas para morar. Mas, para isto, seriam precisos organização, liderança e guerreiros para a luta, encontrando-se inicialmente em Maurício Pereira, Elias Pinheiro e outros, essas necessárias qualidades. Um é conhecedor das práticas do campo e o outro, mais letrado, afeito às reflexões das situações daquelas pessoas, em suas condições elementares de vida. Cuidados que o exercício da arte possibilita.



Foto 22. Maurício Pereira – Guerreiro do Mandacaru.. (2021).

As reuniões prosperaram desde o início do ano de 1991. Os debates são acalorados e entra em cena a importância da cora-



gem para se chegar até a ocupação de uma terra, que todos admitiam pertencer à Prefeitura. As discussões prosseguiram, enquanto que os dirigentes do movimento promoviam o ânimo daqueles moradores das beiras do rio. Assim, é que novos líderes foram se formando nesses embates como Adelmo Lins, Ivanilda Alves, Ediana Salustiana e Carlos Domarcos. Estes, preparados em escolas religiosas de Educação de Adultos, aprendiam e ensinavam nas próprias reuniões a arte da resistência ativa e a arte da luta. A escola era para todos os participantes.



Foto 23. Josefa Ivanilda Alves da Silva – Guerreira do Mandacaru. (2021).

As reuniões prosseguiram enquanto que o grupo aumentava, tornando-se considerável. Persistiam, cada dia mais, as necessidades de moradia em um local protegido das águas das enchentes do Rio Jacuípe. O problema continuou no centro do debate sendo a razão maior da necessidade organizativa para se obter sucesso em uma ocupação de terra. Também se discutiu a finalidade da mesma, mas, sobretudo o papel político desse movimento para

a cidade. As tecnologias sociais de organização foram úteis ao ensino e ao aprendizado desse povo.



Foto 24. Benedito Adelmo Teotônio Lins. Guerreiro do Mandacaru. (2020).

Nas discussões, são apresentados os distintos tipos de lutas que seriam enfrentados. Afinal, é preciso clareza na ação a ser tomada e suas chances de vitória ou de derrota. São tarefas para esses comandantes-educadores oferecerem ao grupo.

Havia, dessa forma, uma luta direta pela ocupação mas outras se desenvolveriam, ao mesmo tempo, como a obtenção do material para se estabelecer na terra. Madeiras, papéis, plásticos, foices e machados e tudo o mais necessário para uma ocupação de terra e a sua defesa, além de formas de divulgação para atraírem outros desolados. Estiveram atentos aos contatos políticos a serem mantidos e quais forças amigas poder-se-iam contactar nesse momento. A tática de tudo isto estava sendo demarcada e definida, ainda em segredo, sobretudo quanto à área a ser ocupada. Há, sobre-

maneira, a luta institucional, a luta de convencimento do povo da cidade para o necessário apoio de pessoas àquela luta, pois nem todos estavam ao lado desses herdeiros da valentia de Zumbi e de Vicente Ferreira de Paula.



Foto 25. Carlos Domarcos da Silva – Guerreiro do Mandacaru. (2019).

Nas terras onde implantou-se o ”desenvolvimento” com a Colônia Agrícola Militar, agora os novos tempos cobravam do povo o preparo para reivindicar, por meio de sua própria guerra, os seus direitos de moradia. O calendário chegou a julho e aumentou a participação das pessoas nas reuniões, perto de 40 pessoas, representantes de famílias, espelhando pelo menos 120 familiares, ligeiramente organizados para a ocupação.

O dia está assinalado - 20 de agosto. As armas possíveis estão prontas que é a mobilização dessas gentes presentes na última reunião preparatória. A mobilização atinge a sua maior expressão quantitativa.

A crise da habitação em Colônia Leopoldina sempre foi mal equacionada. Nunca se pensou que ela teria o tamanho que se expressou. Agora, o ensino e a aprendizagem da luta e da resistência ativa, frutos da tradição, estão sob teste. A superação do medo do poder dos senhores da cidade e a esperança de vitória se confundem. A ocupação, finalmente, aconteceu.

### Lutas e resistência

A organização de uma ocupação não se resume ao seu preparo inicial. Com a continuidade, surgem os desafios do seu estabelecimento, o cotidiano e o preparo para a resistência. Isto exige muito mais pessoas envolvidas nas atividades que são demandadas. Mais guerreiros são necessários para a manutenção do território conquistado. É quando foram surgindo, do próprio grupo, outras lideranças como uma segunda linha de líderes. Estes já estiveram no processo desde o início e começaram a aparecer com o desenrolar do dia a dia. Aparecem pessoas como Luiz Pereira e Oreliano (Leandro) dos Santos, pais dos jovens que já se iniciavam com a ocupação, Luciano Pereira e Silvânio Santos, respectivamente. Agora, é a defesa da liberdade de suas moradias, a autonomia como necessária à alternativa para suas vidas.

As dificuldades principiam com o preparo dos terrenos, a sua organização técnica, tendo sido elaborados por Adelmo Lins e demais guerreiros e, sobretudo, no momento da distribuição desses lotes. A Câmara, casa do povo, e a Prefeitura, até o momento, não se posicionaram sobre a situação. O problema da habitação nunca tinha sido um problema dos poderosos do lugar.

Dois movimentos se estabeleceram com forte discussão, um do cunho jurídico, com grande parte da população da cidade se posicionando contra a ocupação da terra, defensores da propriedade privada. Muitos até sem possuírem qualquer tipo de propriedade em suas vidas, mas, na verdade, alienados pela ideologia branca dominante e liberal da defesa intransigente da propriedade. Uma menor parte da população se colocou a favor da ocupação. Estão neste bloco religiosos que defendiam melhores condições de vida às pessoas, assegurando apoio ao movimento. Eram freiras do Sagrado Coração de Jesus, o Pe. Aldo e o Pe. Luiz Canal que juntos asseguraram algum recurso financeiro para a construção das frágeis moradias, em sua maioria de lona e, posteriormente, de casas de taipa, bem como um ambiente para a criação da Associação dos Moradores do Mandacaru (AMM) e da futura Associação para o Desenvolvimento do Mandacaru, a ADECOMA, na praça do bairro em formação.



Foto 26. Sede da Associação, no Mandacaru. (2020).

## Prisão de Maurício

A vida vai se instalando no lugar e tudo parecia caminhar para estabilidade nas relações das pessoas, no próprio Mandacaru, e, pacífica estava sendo a aceitação do movimento. Mas as lideranças se mantinham atentas pois sabe-se que as forças senhoriais da reação levam algum tempo ao seu planejamento para um contra-ataque. Isto vem ocorrer quando passados meses que todos estavam já posicionados em seus lotes, Maurício Pereira, forte liderança, sai para buscar sapé para a cobertura de seu barraco, na região do antigo Engenho Bela Flor, próximo a Riacho do Mato. Na volta, ao chegar em seu lote, é preso pela força de repressão do Estado, a Polícia Militar, e conduzido para a cadeia pública. A razão da prisão, a polícia não soube explicar mas que ele teria que esclarecer na delegacia. Enfim, o estabelecimento da ordem das elites, executada pelo braço armado do Estado, por meio de sua polícia.

Divulgada a prisão do Maurício, a população local desceu para o centro da cidade, num total de mais de 100 pessoas, e com palavras de ordem “Libertem o Maurício”, na frente da delegacia. Certamente, com medo de uma invasão iminente, em menos de duas horas de prisão, descobriu-se que não havia qualquer reclamação que fizesse dele um prisioneiro. Finalmente, tudo foi verificado e Maurício foi liberado, sendo conduzido pelos braços de seus companheiros moradores do Mandacaru, por todo o centro de Colônia Leopoldina. Uma prisão realizada para mostrarem quem é o poder da cidade. Por outro lado, a lição da resistência

ativa e a necessidade da luta se mostraram aprendidas, revelando para toda a cidade a importância dessas virtudes.

### Tochas lampejantes

O cotidiano da ocupação parece caminhar à estabilidade. As relações entre as pessoas foram sendo orientadas por suas lideranças. Problemas iam acontecendo e resolvidos em conjunto. Um longo processo educativo foi se instalando desde os cuidados básicos com as crianças, com os jovens e idosos que eram bem poucos. Um projeto de educação de jovens e adultos foi implantado na Associação. Também surgiu o desafio da educação daqueles jovens e crianças que vagavam pelas ruas do Mandacaru. Precisaríamos estar nas escolas da cidade e que em várias ocasiões eram submetidos a preconceitos, por parte dos colegas de salas de aula, por morarem naquele bairro. Vários adjetivos pejorativos lhes eram denominados, devido a sua condição de morador em uma ocupação. Esses garotos do Mandacaru nunca se intimidaram com as provocações, sempre reagindo de acordo com o momento. Mais uma vez, o Mandacaru vai ensinando à cidade que todos são pessoas iguais às demais, diante das atitudes de resistência daqueles estudantes do Mandacaru.

Em um outro momento, há o problema da falta de luz em toda a comunidade. Meses se passaram e a empresa responsável pela energia não cuidava de colocá-la em todo o bairro, sob a alegação de ser área não oficialmente existente na Prefeitura. A questão é discutida, envolvendo todos para decidirem que medidas deveriam tomar. A decisão foi pela colocação de um poste

na região central do bairro e puxar a energia para aquele local. Não teria energia para todos, contudo haveria um poste na região central daquele espaço. Dessa forma, foi possível funcionar até um certo tempo, quando a empresa de energia promoveu o seu desligamento. Claro fica que os bens culturais da sociedade, como a energia, no modelo da sociedade estabelecida, não são para todos.

O tempo vai passando para mais de 3 anos de ocupação e a Prefeitura não resolveu o problema. A empresa da energia não se dispunha a colocar postos em toda a extensão da área. Em reunião, então, decidiu-se pela realização de uma passeata de Candieiros Aceso em toda a cidade, durante a manhã. Foi uma caminhada com mais de 100 famílias pelas ruas de Colônia com seus candieiros ao fogo. As tochas lampejantes chamaram atenção por onde passavam. O Mandacaru está em chamas e o seu fogaréu atingia a todos.

A população, dessa forma, tomou conhecimento da situação da comunidade, contribuindo dessa maneira para a solução da questão. Os discursos choveram na praça pelos dirigentes do movimento. O setor político partidário não tomou qualquer tipo de posição sobre a questão.

A Prefeitura foi acionada para resolver, sendo essa mais uma das conquistas importantes após toda essa mobilização, advindas, tão somente, da organização do grupo. A coordenação geral se mantinha sob as lideranças guerreiras do Mandacaru. Mais uma vez, as lições da resistência ativa e a luta estiveram despertando mentes de pessoas da cidade e que isto seria valores a serem adquiridos por todos.



## A batalha de Maceió – a visita do Papa – a presença de Lula da Silva

Passados vários anos e a questão da posse da terra ainda permaneceu. Houve então contatos com o fórum da cidade para se saber de quem, formalmente, seria essa propriedade ocupada. Até o momento, ninguém havia reclamado a sua posse. Dizia-se ser da Prefeitura, da Usina Taquara, mas, a terra era propriedade da Companhia de Habitação do Estado de Alagoas (Cohab), direcionando-se para lá as disputas formais. A Coordenação do Movimento, passa a contactar-se com o Movimento dos Sem Terra (MST) e do Movimento dos Sem Teto (MSTeto), presentes em Alagoas, que decidiram com as demais ocupações e assentamentos da região, fazer um grande ato público na capital do Estado. Era tempo da visita papal ao Brasil e da passagem do sindicalista Lula às Alagoas.

Todo o processo de se chegar até Maceió foi discutido no Mandacaru. Cuidaram de preparar os paus de araras, caminhões com assentos de madeiras, para conduzirem a maior parte dos moradores, inicialmente, até a cidade de Flexeiras, o lugar do primeiro encontro desses movimentos. Preparou-se a alimentação. Organizaram-se 3 caminhões que transportaram os mais de 100 participantes, acompanhados de poucos automóveis. A organização decidiu aproveitar o momento “santo” durante a visita papal. Esperava-se que as bênçãos de sua santidade facilitassem as negociações das questões de terra desses movimentos, com o governador do Estado. No Caso do Mandacaru, a proprietária da terra era empresa do próprio Estado.

Chegou o dia, a viagem se iniciou até Flexeiras, distante 62 Km de Maceió. A chegada em Flexeiras foi triunfal e a animação cobriu os demais movimentos de ocupação de terra. Aí, foi feita a primeira alimentação. A partir desta cidade, mais de 700 pessoas fariam o percurso a pé, até Maceió. Foi a grande caminhada desses movimentos ao encontro com o Governador, em pleno Palácio do Governo Estadual, no Centro da capital.

E, Lula, a maior liderança sindical do país, também esteve em Alagoas por essas datas. Ele decidiu fazer uma visita ao movimento em Flexeiras, pronunciando um decisivo discurso motivador à continuidade das lutas desses protagonistas da política brasileira.

A marcha sobre Maceió continua. Na cidade de Messias, foi montado o acampamento, com o segundo pernoite da caminhada. Logo no outro dia, ao amanhecer, o toque de partida foi dado e a meta a cumprir seria acampar no Campus da Universidade Federal de Alagoas. Assim aconteceu e já se está em Maceió.

Para os dirigentes, esse enfrentamento institucional se daria em dois flancos: um encontro com o governador Geraldo Bulhões e o outro seria a força do calor da mobilização em torno do Palácio. Preparou-se uma grande ocupação de Maceió e o cerco ao Palácio do Governador. Finalmente, tudo ocorreu como planejado com a participação de, aproximadamente, 700 participantes. Uma comissão foi definida para contactar o Governador que aceitou em recebê-la, diante dessa pressão popular. Todas as demais pessoas ficariam fora da área do Palácio.

Muitos entreveros foram acontecendo desde a chegada desses grupos dos movimentos sociais. Um duelo parecia está se formando a partir do encontro do Movimento dos Sem Terra, do Movimento do sem Teto, a presença de membros da Igreja Católica – Pe. Aldo Giazzon e a líder religiosa Maria José Viana. A partir das 14 horas da tarde, o aparato policial com todos seus artefatos de guerra, armas letais, equipamento de combate com escudos, gás lacrimogênio, gases de pimenta... ingredientes para o combate estavam dados.

Deu-se a entrada ao Palácio da Comissão desses movimentos, composta por Paulão, Presidente da Central Única de Trabalhadores (CUT), Genival e Jaime Amorim, representantes do MST e, pelo movimento dos Sem Tetos, Maria José Viana, Margareth França e Adelmo Lins. Nas negociações também estava a questão do Mandacaru.

Na praça pública, todavia, as provocações não foram poucas, de ambos os lados, e, após mais de uma hora da chegada da Polícia Militar, o seu comando determinou o esvaziamento da Praça. Agora, tudo se tornou uma grande Batalha de socos, ponta-pés, cacetetes, pancadaria, tiros, fugas, gases de pimenta e a utilização de toda sorte de técnicas de repressão. A distância entre as qualidades dos armamentos era grandiosa, bem como, o preparo para tais enfrentamentos. A batalha durou mais de três horas. Não se soube contar as agressões ocorridas, em sua maioria por parte da repressão para com todo o pessoal da praça. A multidão foi dispersa. A Igreja dos Martírios está no palco dessa batalha e foi o ambiente ocupado pelas gentes aí presentes.

Após toda a noite nessa Igreja, negociações de desocupação estão também ocorrendo e a polícia mantém o seu cerco. A repressão não respeitou a casa religiosa. O bispo assumiu a tarefa, com a PM, para desalojar esse povo do interior daquela casa de oração, mas as suas negociações foram em vão.

Finalmente, no outro dia, foram trazidas cestas básicas para aquele grupo e transportes para suas cidades, já que muitos tinham batido em retirada e outros ficaram vagando naquele ambiente desconhecido. As mesmas táticas utilizadas desde a Guerra dos Cabanos foram úteis mais uma vez – ações de combate à fome do momento e ausência de políticas definitivas para a solução do seu problema.

Com o tumulto generalizado, durante a batalha, muitos participantes ficaram perdidos, tendo sido encontrados semanas depois, vagando e sem destino, na cidade grande.

Guerreiros do Mandacaru houve que se apresentaram uma semana depois em seus barracos. A partir daí, a resposta foi, portanto, atuar para uma melhor reorganização. Várias conquistas foram asseguradas em nível de comissão com o governador. Na comissão, foi destaque a intervenção de Paulão, Pe. Aldo e no campo aberto foi a destemida Maria José Viana, grande guerreira nessa batalha. Foram passados, finalmente, mais 9 anos para a final definição da situação e legalização das terras do Mandacaru.

Daí para frente, a população do Mandacaru avançou em organização e chegou a ganhar uma estrutura para Associação para o seu próprio desenvolvimento. Seria ali o local para realizarem seus encontros familiares; debaterem-se questões dos mora-

dores; ocorrerem casamentos, aniversários e atos religiosos. Associação como um espaço de socialização das pessoas.

Mais uma vez, a resistência ativa se estabeleceu, bem como a luta para se alcançar algo no atual avanço da sociedade do capital. A lição da CUT permaneceu atual: SEM LUTAR A VIDA NÃO VAI MUDAR.



27. Lançamento de livro na sede da Associação, no Mandacaru.(pessoas de frente: Geraldo Menezes, sua esposa Maria Menezes de Melo e Elias Pinheiro). (2016).

## 7. Lições

De Zumbi, relevam-se a sua luta e sua capacidade de liderança que se fazem ecoar pelos canaviais até os tempos atuais. Hoje, as disputas históricas que ocorrem são também momentos de ensino e aprendizagem como a data de comemoração da Semana da Consciência Negra, o 20 de novembro, a data da morte desse guerreiro. Por outro lado, a versão senhorial e oficial colocou o 13 de maio, o dia da proclamação da Lei Áurea. Esta é tida pelo movimento de conscientização negra como desprestigiada pois anula a história do negro. Como se vê, a morte de Zumbi tem muito mais significado para o reconhecimento da cultura negra. Ele se tornou um símbolo e, como todos, é submetido a variadas narrativas.

Para Gomes (2019), há um Zumbi, de guerra, de luta e de ousadia e, particularmente, responsabilizado pela instabilidade em toda a Capitania de Pernambuco. Há um segundo Zumbi que carece ser aniquilado que é aquele que ameaçou o processo civilizatório branco e, como tal, precisa, mesmo hoje, ser esquecido pois representou o que há de mais perverso do escravo raivoso e sem contribuição para a construção da identidade nacional. E, finalmente, um outro Zumbi, aquele de combate e de luta contra a opressão. Este, sim, tem rendido livros e filmes como os do alagoano Cacá Diegues, *Ganga Zumba* e *Quilombo*. Também apareceu em letras musicais. Tudo isto mostra, portanto, um Zumbi em presença e em um amplo processo de construção.

Da guerra dos cabanos, enfatiza-se a inquebrantável resistência de um povo que tendo sido conduzido, inicialmente, pelas lutas políticas conservadoras e absolutistas, foi, descobrindo as suas verdadeiras raízes pela sobrevivência enquanto buscou nas lutas a ação necessária para alcançar uma vida melhor. Ao mostrar essa resistência ativa, apresentou também a ousadia enquanto atacava e enquanto fugia, diante da desproporção das armas e soldados. Mostrou valentia, ao calcular de forma efetiva os momentos de ataques, além da sua organicidade. Enfim, uma luta por liberdade, sobrevivência, direito de morar nas matas e contra o serviço militar obrigatório indígena, além da terra aos que vivem e moram nela.

De igual maneira, a figura de Vicente Ferreira de Paula também é afetada pelo domínio ideológico da cultura branca que o coloca como desertor, monarquista, caudilho, bárbaro e até salteador e ladrão de escravos pois protegia os negros fugitivos, além de tantos outros adjetivos pejorativos. A sua maldade foi ter conduzido um dos movimentos populares marcantes contra a exploração militar do povo indígena e a favor da liberdade de escravos. Um homem, portanto, visto como alguém feroz contra o status dominante da escravaria. O próprio termo cabano, que “sofre”, ainda hoje, uma dimensão negativa ideológica da dominação. Termo que, pelo contrário, só pode encher de orgulho esse povo da Zona da Mata alagoana e pernambucana, pois lutadores e resistentes aos desmandos governamentais.

Não se buscou, neste livro, qualquer tipo de invenção de mito em torno de Vicente de Paula mas ajudar na perspectiva de

que tenha a sua posição merecida no cenário da construção da identidade brasileira, e, sem dúvida, da identidade desse povo que viveu e mantém-se na região da Zona da Mata, as terras da cabanada, neste Vale do Rio Jacuípe.

Também, um registro se faz necessário que é a dos escravos negros que formaram quilombos em toda Zona da Mata que foram os destemidos Papa-méis, também lutando por liberdade e pelo direito de morar nas matas.

E, além disso, a valorização daqueles guerreiros que empunharam as bandeiras de moradia no município de Colônia Leopoldina e conquistaram o seu lugar ao sol, nas terras do Bairro do Mandacaru, esquecidos pela própria população da cidade.

Em todos esses momentos, estão as marcas em um povo por conta de sua ousadia, autenticidade, valentia, solidariedade, de adaptação. Ainda assim, ele mantém o seu sorriso fácil, sua alegria, sua criatividade e sua culinária. Como lições fortes para todos e todas, revelaram-se a resistência ativa e a luta.

Lições que em ambas as guerras tratadas e no Mandacaru foram temperadas com água fervente e com determinação em suas ações políticas. E, muito marcante, é que foram sendo descobertas as verdadeiras raízes dessa gente que vive na Zona da Mata. Exibiu a sua resistência ativa, diante da desproporção das armas e soldados. Revelou a sua valentia ao calcular os momentos adequados de ataques, e, organização em suas táticas de luta, seguindo a máxima marxiana de que trabalhadores/as do todo o mundo se unam.



São lições a todo o povo do Vale do Rio Jacuípe, trabalhadores em geral e, em especial os profissionais de educação e políticos vinculados a partidos de toda essa região. A política não terá sentido se não para contribuir ao exercício da cidadania, sobretudo em tempos em que “uma população pobre e à mercê de demagogos religiosos está minando as poucas bases civilizadas que ainda restam à sociedade brasileira” (Souza, 2019: 345).

Para o setor de formação de mentes e corações, a educação, as lutas do Mandacaru reforçam que mudanças são muito para além das importantes discussões conteudísticas e salariais no interior das escolas. Certamente, estas não são as únicas. Do Mandacaru, pode-se sentir a necessidade de uma política de creches em tempo integral para as crianças, contribuindo aos seus rendimentos escolares e financeiros futuros, além de facilitar o trabalho dos pais dessas crianças. No Mandacaru, se vê a débil preparação profissional da juventude mesmo estando em curso médio; aos docentes, a instalação de cursos de atualização pedagógica e pós-graduação, em nível de mestrado que são tão necessários sob o ponto de vista de classe social e da produção do conhecimento.

Some-se a estas a promoção da democracia tão necessária no ambiente escolar, iniciando com as eleições para diretorias de escolas; rediscussão do Planejamento envolvendo a comunidade; rediscussão dos quadros curriculares, metodologias e outros processos de ensino/aprendizagem e de avaliação que contribuam ao aumento do índice de desenvolvimento da educação (IDEB), que continua muito baixo em toda a região do Vale do Rio Jacuípe.

Mas as lutas na região passam por cidadania que significa democracia nas casas das pessoas contra a opressão desenfreada sobre as crianças e sobre as mulheres. Também avançam nas relações públicas na cidade por meio de um mais qualificado serviço público, que além do Mandacaru seja a cidade inteira que eduque o povo. A luta por cidadania ativa, em contraponto à uma grande parte de cidadãos passivos. Mas, para isto, carece de organização política, fortalecimento sindical ou popular e até partidária. Tudo isto também com o preparo para uma efetiva participação da mulher. A reclamação individual é importante mas não é suficiente.

A prioridade pode passar por discussões, finalmente, na escola e na cidade, de valores da educação popular tendo por estes a educação crítica, direcionada para conquistas cidadãs e éticas, com a continuidade dessas lutas por liberdade, justiça, solidariedade, igualdade e em busca de momentos mais felizes.

## 8. Referências

ALVES, Castro. (1857-1871). *O Navio Negreiro*. EX! Editora. 2016 (obra de domínio público).

ALMEIDA, Luiz Sávio de. *Memorial biográfico de Vicente de Paula, capitão de todas as matas: guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana*. Maceió, EDUFAL, 2008.

AMORIM, José Júnior. *A Trajetória do Movimento Estudantil Leopoldinense*. Grafnobre, Colônia Leopoldina, Al, 2011.

ANDRADE, Manoel Correia de. *A Guerra dos Cabanos*. Coleção Temas Brasileiros-7. Conquista, Rio de Janeiro, 1965.

CALDEIRA, Jorge. *História da Riqueza no Brasil*. Rio de Janeiro, Estação Brasil, 2017.

CARVALHO, Morais. *Um exército de índios, quilombolas e senhores de engenho contra os jacobinos: a cabanada, (1832-1835)*. In: Dantas, Mônica (org.). *Revoltas, motins e revoluções*. São Paulo, Alameda, 2011.

CARVALHO, Silvio César da Silva. ELEMENTOS HISTÓRICOS DA CIDADE: ensaio de história sobre o dilúculo do município de Colônia Leopoldina. In: Melo Neto, José Francisco de. *Colônia Leopoldina (AL): 65 anos de política partidária dominante (1950 a 2015) (relatos e visões críticas)* / José Francisco de Melo Neto,

Oswaldo Batista Acioly Maciel, Sílvio César da Silva de Carvalho - João Pessoa-PB: Editora CCTA, 2016.

Colônia Leopoldina-AL. *Partido dos Trabalhadores, 38 anos de memória e história (1982 a 2020)*. Organização MELO NETO, José Francisco de; SILVA, Jardíael Herculano; SILVA, Jayana Herculano; SILVA, José Luciano Pereira da. João Pessoa: Editora do CCTA/UFPB, 2021.

Convite à reunião partidária – PMDB. Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Colônia Leopoldina, 3 de fevereiro de 1983.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987.

FREITAS, Décio. *Cabanos, os guerrilheiros do imperador*. Biblioteca da História. 2ª Edição, Edições Graal. Rio de Janeiro, 1982a.

\_\_\_\_\_. *Palmares: a guerra dos escravos*. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

GOMES, Laurentino. *Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares*. Volume I. Globo livros, Rio de Janeiro, 2019.

HEGEL, G.W.F. *A fenomenologia do espírito*. Coleção Os Pensadores – Abril Cultural, Vol. XXX. Editor: Victor Civita. São Paulo, 1974.

JORNAL LEIA LIVROS – edição abril/maio,2003.

LINDOSO, Dirceu. *A utopia armada: rebeliões de pobres nas matas do Tombo Real*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

Manifesto de fundação do Partido dos Trabalhadores. *Diário Oficial da União de 21 de outubro de 1980*.

MELO NETO, José Francisco de. *Colônia Leopoldina – ação cultural no meio rural*. In: Resistência popular – possibilidades ontem e hoje. José Francisco de Melo Neto e Wojciech Andrzej Kulesza. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB. 1999.

MELO NETO, José Francisco de. *Colônia Leopoldina – 30 anos de lutas populares por mudanças e cidadania (1983-2013)*. João Pessoa, Mídia Gráfica e Editora, 2013.

\_\_\_\_\_. *Produção Acadêmica: (Livros e textos em Educação)*. Vol. I. João Pessoa, 2014.

\_\_\_\_\_. *Coleção da Academia de Cultura*. Volume 1, Colônia Leopoldina/AL, 2015.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. As guerras nas Matas de Jacuípe. *CLIO – REVISTA DE PESQUISA HISTÓRICA* – nº 33.2. EFLCH-UNIFESP. Guarulhos/SP, 2015. ISSN 0102-94 101

PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 24<sup>a</sup>. Editora Brasiliense. São Paulo, 1980.

REGO, José Lins do. *Fogo Morto*. 1ª edição digital. Global, São Paulo: 2021.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro, evolução e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia de Letras, 1995.

SILVA, Everaldo Araújo. *A Colônia da Princesa*. Maceió, 1.Ed.. Igasa, 1983.

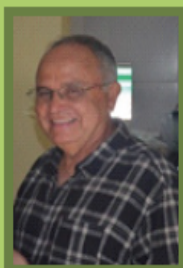
SILVA, Amaro Hélio Leite da. *COLÔNIA MILITAR LEOPOLDINA: “DAS MATAS INCULTAS” ÀS “MATAS CIVILIZADAS” (1851 - 1867)*. Recife 2016. Tese de Doutorado na Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História Programa de Pós-graduação em História.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de. *Uma história da desigualdade: a concentração de renda entre os ricos do Brasil, 1926-2013*. 1ª. Ed. São Paulo: Hucitec: Anpocs, 2018.

VIEIRA JÚNIOR, Itamar. *Torto arado*. 1ª ed. São Paulo: Todavia, 2019.

ZIZEK, Slavoy. *Menos que nada. Hegel e a sombra do materialismo dialético*. Tradução de Rogério Bettoni. São Paulo, Boitempo Editorial, 2013.



**J**OSÉ FRANCISCO DE MELO NETO (Zé de Melo Neto) nasceu em Colônia Leopoldina, Alagoas, no ano de 1951. É professor titular, concursado, aposentado, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sendo Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com estágio pós-doutoral na Universidade de São Paulo (USP). É autor de 16 livros autorais, entre eles: “Extensão universitária: uma análise crítica”; “Extensão universitária, autogestão e educação popular”; “Diálogo em educação – Platão, Habermas e Freire”. Também organizou 18 outras obras, entre elas: “Colônia Leopoldina – propostas para uma nova prática política no vale do Rio Jacuípe”; “Educação popular, Vol. I, II e III”; “Colônia Leopoldina: 30 anos de lutas populares por mudanças e cidadania”; “Academia de Cultura – Colônia Leopoldina (ACCL)”, entre outras. Organizou ainda uma Coleção de Livros sobre Colônia Leopoldina, encontrada em todas as escolas da cidade. Atualmente, é assessor político do Partido dos Trabalhadores (PT), em Colônia Leopoldina.

#### APOIO

ADECOMA - Associação de Desenvolvimento do Mandacaru  
ATRAPO - Associação dos Trabalhadores Rurais e Pequenos Produtores

ISBN 978-65-5621-224-1



9 786556 12241